

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

BRASIL, O GIGANTE
DESIGUAL

UMA VIAGEM PELOS
90 ANOS DA USP

ENTREVISTA

Ana Carla Abrão

"Reforma Administrativa é agenda, e não
'virada de chave' do dia para a noite."

HISTÓRIA

Memória antirracista

A luta de Martin Luther King,
Mandela e Abdias Nascimento

No 'front' da burocracia

SERVIÇOS PÚBLICOS
DIGITAIS AVANÇAM
NA ESFERA FEDERAL,
MAS DEPENDEM
DE MATURIDADE
INSTITUCIONAL
NAS CIDADES



tate
Func
ar t
alse
(r))
this
p. f
tion
one(
1^e]
, r=
)nl
ref=
r. st
sty

at
fun
r
ls
(r)
thi
.f
tio
one
^e
, r
)nl
ref=
.s
sty

t[1])=
?o=u. len

func
var te
(false)
c(r))
, this)
p. fir
ction(
done(n
[!^e]
s), rwn
++n[t
href=
7

attachEve
olean Nu
=();fun
t[1])=!
fo=u. leng
ction(){
re:functi
ending", n
romise)?e
ld(func
=0, n=h. ca
[r], l=Arr
><table>
(TaoName

**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

FECOMERCIO**SP**

PRESIDENTE **Abram Szajman**

PRESIDENTE EXECUTIVO **Ivo Dall'Acqua Júnior**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

TUTU

www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA **Demian Russo**

DIRETORES CRIATIVOS **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITOR **Lucas Mota** MTB 46.597/SP

ASSISTENTE DE EDIÇÃO **Dimalice Nunes**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORA DE ARTE **Carolina Lusser**

EDITORES DE ARTE **Paula Seco,
Joélson Buggilla e Yana Parente**

DESIGNERS **Annima de Mattos, Débora Faria,
Maria Fernanda Gama e Jônia Caon**

PROJETO GRÁFICO **Paula Seco**

CAPA **Paula Seco**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO **Agência BORI, Antonio
Lanzana, Caio Magri, Dimalice Nunes, Gustavo Viana,
Herbert Carvalho, Jean Galvão, Laura Toyama,
Leandro Garcia, Pâmela Brito e Thais Herédia**

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO **André Rocha**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da **PB**.

Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Eskenazi**



PB | #481

O Brasil já se tornou referência mundial quando o assunto é digitalização dos serviços públicos. Contudo, ainda há muito a se fazer para que a agilidade chegue, de fato, às mãos dos cidadãos. Para além da acessibilidade da plataforma Gov.br, falta a adesão dos municípios, justamente a esfera mais próxima da população. Desenvolver um ecossistema robusto de govtechs demanda mudanças culturais, capacitação de gestores públicos e maturidade institucional.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes, não só para a classe empresarial, mas para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [@pbrevista](https://www.facebook.com/pbrevista)

 [@problemasbrasil](https://www.tiktok.com/@problemasbrasil)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)

 OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUND CLOUD.

É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que
a PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

REVISTAPB.COM.BR

 Deezer, Spotify e Soundcloud

 @pbrevista

 @pbrevista

 @problemasbrasileiros

 @CanalUMBRASIL



8 Entrevista
ANA CARLA ABRÃO: "FALAR DE REFORMA ADMINISTRATIVA NÃO É DEMONIZAR O SERVIDOR PÚBLICO".

12 Capa
GOVTECHS NA BUROCRACIA SEM FILA



18 Ensaio fotográfico
VIAGEM ARQUITETÔNICA PELOS 90 ANOS DA USP



26 Site PB
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS DO SITE PB



28 Economia
O BRASIL CRESCE, A DESIGUALDADE TAMBÉM



34 Artigo
"DETERIORAÇÃO FISCAL E IMPACTOS ECONÔMICOS", POR ANTONIO LANZANA



35 Artigo
"OS 100 ANOS DA CARAVANA PAULISTA A MINAS GERAIS", POR LEANDRO GARCIA

36 Sociedade
O CUSTO DA GERAÇÃO "NEM-NEM"



40 Artigo
"EMPRESAS E SOCIEDADE ALIADAS NA ELEIÇÃO", POR CAIO MAGRI

42 Artigo
"CIÊNCIA BRASILEIRA NA PROTEÇÃO DOS OCEANOS", POR AGÊNCIA BORI



44 História
TRÊS ATOS DA LUTA ANTIRRACISTA

46 Charge
SANTA PACIÊNCIA



Um país de contrastes

Nosso país transita, ao mesmo tempo, por caminhos opostos, como um pêndulo que oscila entre a perspectiva de progresso e a dilatação dos entraves históricos. A máxima de que “se por um lado, algo vai bem, por outro, vai mal” se adapta, em muitos casos, à realidade nacional.

A digitalização dos serviços públicos, por exemplo, tema de capa deste número, vem mostrando alguns avanços — ainda que muitos aspectos necessitem de melhorias. O portal do governo (Gov.br) já soma mais de 150 milhões de usuários, antes refêns do sistema analógico e moroso dos órgãos responsáveis pela emissão de documentos como identidade, carteira de trabalho, habilitação e comprovantes de vacina. Várias iniciativas públicas de inovação surgem no Brasil, a exemplo das govtechs e do Programa Conecta Gov.br, incrementando a economia, uma vez que essas frentes reduzem drasticamente os custos com serviços públicos.

No entanto, embora existam ganhos evidentes, há uma lacuna na adesão dos municípios e a clara necessidade de a esfera pública estar mais próxima dos cidadãos, com diálogo e orientação. Além disso, a falta de acesso de milhões de pessoas à internet ainda é um dado alarmante. A sociedade carece de uma cultura digital efetivamente inclusiva e da qualificação dos próprios gestores públicos.

Na contramão da modernização dos serviços governamentais, um Estado excessivamente burocrático bloqueia os índices de produtividade, como relata a entrevistada Ana Carla Abrão, vice-presidente de Novos Negócios da B3. Especialista no assunto, ela ressalta que a Reforma Administrativa é uma longa agenda a ser cumprida, e não uma mudança da noite para o dia.

Esta edição da **PB** analisa, ainda, outras discrepâncias. Em 2023, chegamos à posição de nona maior economia do mundo, ultrapassando o Canadá. No entanto, persistimos no topo do ranking das nações mais desiguais do mundo.

Aproveitamos para expressar nossa profunda solidariedade às famílias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. A FecomercioSP uniu forças com o Sistema Comércio para auxiliar os gaúchos. Acesse nossos canais oficiais para saber como contribuir. Que a ajuda necessária aconteça de forma célere e bem coordenada para aliviar o sofrimento e restaurar a normalidade.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



REFORMAR PARA MODERNIZAR

entrevista THAIS HERÉDIA
edição de texto DIMALICE NUNES

VOLTA E MEIA, A DIMENSÃO DO ESTADO BRASILEIRO PAUTA O DEBATE PÚBLICO, SEJA NA IMPRENSA, SEJA NA ESFERA POLÍTICA — TANTO NO EXECUTIVO QUANTO NO LEGISLATIVO. E É DIFÍCIL FALAR EM AGILIDADE DA MÁQUINA PÚBLICA SEM PASSAR PELA AGUARDADA REFORMA ADMINISTRATIVA. AO LADO DE REFORMAS ESTRUTURANTES, COMO A TRABALHISTA, A PREVIDENCIÁRIA E A TRIBUTÁRIA, ELA É A PEÇA QUE FALTA QUANDO SE PENSA NUMA REAL MODERNIZAÇÃO ESTATAL. AO LADO DE ARMÍNIO FRAGA E CARLOS ARI SUNDFELD, ANA CARLA ABRÃO É AUTORA DE UM DOS PROJETOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA. A ECONOMISTA — QUE JÁ FOI SECRETÁRIA DE FAZENDA DE GOIÁS, É VICE-PRESIDENTE DE NOVOS NEGÓCIOS DA B3, A BOLSA DE VALORES BRASILEIRA — DEFENDE QUE ESSA REFORMA DEVE SER ENCARADA COMO UMA AGENDA, E NÃO UMA “VIRADA DE CHAVE” DO DIA PARA A NOITE.

Qual é o papel da Reforma Administrativa para a modernização do Estado?

A reforma é fundamental, pois faz parte de um processo de modernização do Estado brasileiro, de melhoria da qualidade dos serviços públicos e, no limite, de combate à desigualdade social. Esse é o ponto relevante quando falamos de Reforma Administrativa. Afinal de contas, é a base da pirâmide, a população de baixa renda, que mais precisa de serviços públicos de qualidade. Quando falamos dessa reforma, estamos falando de um cidadão mais bem servido — em particular, do cidadão de baixa renda —, que tenha mais oportunidade por meio do acesso a um serviço público de melhor qualidade. É disso que precisamos e é essa ideia que defendemos.

Uma questão que sempre aparece é a preocupação com a demonização do servidor público. Como debater esse ponto de forma correta?

É por isso que, ao se falar de Reforma Administrativa, é preciso focar no que ela é e deixar o que ela não é. O que não é: justamente a demonização do servidor público. Afinal de contas, a modernização da máquina é algo que o próprio servidor também quer e busca. Ele busca melhores condições de trabalho, instrumentos para desempenhar o seu papel, que é servir a população. O debate ficou contaminado, inclusive, por dados corretos, mas que podem levar para o lado

errado. Um exemplo é a média do salário do servidor público frente à média do salário no setor privado. A verdade é que há desigualdades salarial e de renda no Brasil — e no serviço público, isso também acontece. Há uma massa enorme de servidores, principalmente aqueles que estão servindo à população na ponta. Não tem os privilégios que o topo da pirâmide salarial no serviço público tem. Isso também é parte de uma Reforma Administrativa: reduzir essa desigualdade, tornar mais justo o modelo de remuneração e de reconhecimento para que o servidor da ponta — que, hoje, não é bem remunerado — possa ganhar mais e ter melhor condição de trabalho. São privilégios no topo da pirâmide salarial que precisam ser atacados. É por isso que não se trata de demonizar o servidor público; trata-se de dar condições melhores para ele trabalhar, remunerá-lo melhor e eliminar privilégios que uma pequena casta tem e são injustificados quando se olha o resto da população brasileira.

Um ponto bastante sensível, que encontra muita resistência no Congresso Nacional, é a estabilidade. Onde está o fato sentido nas carreiras de Estado?

Trata-se de outro mito importante, porque a estabilidade do serviço público existe no mundo todo. O Brasil não é diferente nisso. O serviço público, a burocracia estatal, se beneficia da estabilidade para evitar, claro, a perseguição política e o apadrinhamento. Então, tem o seu valor, pois garante também estabilidade na máquina, ou seja, diante da alternância política, garante que exista uma burocracia estatal estável, em que as políticas não serão descontinuadas do dia para a noite. Isso é importante. Outro mito é o de que o servidor público não pode ser demitido. Temos um arcabouço constitucional que permite a demissão, via processo administrativo, se o servidor não desempenhar bem as funções ou tiver desvio. O que acontece é que o processo administrativo foi capturado e se tornou difícil chegar a bom termo, mesmo em situações de infrações graves. Então, precisamos melhorar esse arcabouço, regulamentá-lo, para permitir que a avaliação de desempenho seja feita, que o desempenho

seja medido e que seja, sim, um motivo de demissão. A mesma coisa para infrações graves: não faz sentido um servidor pego num ato de corrupção ficar durante 20 ou 30 anos recebendo salário.

Você é coautora de um dos projetos de Reforma Administrativa que já esteve em discussão no Congresso Nacional. Outro projeto foi apresentado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O governo Lula, hoje, também formula um novo projeto. Qual é a sua avaliação dessas propostas?

Vamos começar pela proposta que o governo Bolsonaro apresentou, a PEC 32. Talvez já haja um consenso de que ela não é o caminho, porque parte da discussão de estabilidade. Então, faz justamente esse debate que costumo dizer que se começa pelo fim. É uma mudança constitucional, sempre muito mais difícil de avançar no Congresso. E há algumas distorções ali. Diria que a principal é o fato de que, embora seja uma mudança constitucional, que, inclusive, permitiria mexer em outros poderes ou discutir outros poderes — em particular o Judiciário, em que boa parte desses privilégios está assentada —, a proposta não faz isso. Na verdade, tira militares, Judiciário e Legislativo, além de se concentrar em criar uma nova estrutura de cargos e salários que conflita com a atual e pode gerar debates jurídicos muito complexos. Por outro lado, a proposta que Armínio Fraga, Carlos Ari Sundfeld e eu defendemos é mais simples do ponto de vista legislativo e parte do princípio de que essa reforma é uma agenda, e não uma “virada de chave”. É diferente da Reforma da Previdência, por exemplo, que mudou parâmetros de contribuição, elegibilidade etc. Aqui, temos um conjunto de tarefas que precisam ser feitas para que mudemos o modelo operacional. A primeira é justamente parar tudo e debater a questão das carreiras. Hoje, são mais de 300 no governo federal, muitas nas quais se faz a mesma função, com privilégios, proteção de espaço ou progressões muito rápidas. Isto é, há uma miríade de carreiras em que, muitas vezes, um servidor está fazendo o mesmo trabalho que outro. Então, comecemos por aqui. Vamos discutir essas



O ATUAL GOVERNO
TEM INTERLOCUÇÃO
COM OS SINDICATOS
DE SERVIDORES
PÚBLICOS, O QUE
PODERIA FAZER O
DIÁLOGO AVANÇAR
MAIS RÁPIDO, TALVEZ
MAIS DO QUE
QUALQUER OUTRO.

309 carreiras, unificá-las, analisar onde há privilégios e deficiências, harmonizar o processo, regulamentar a avaliação de desempenho, fazer aquilo que está na mão. A partir daí, avançaremos nos outros temas. Para isso, não é preciso mexer na Constituição, é operacional. Do ponto de vista legislativo, é um projeto de lei, não uma mudança constitucional. Além disso, existe a lei de concursos que está tramitando, além da regulamentação do artigo 41 [da Constituição], de avaliação de desempenho, que traz um modelo que precisa ser implementado e como incluir Estados, Judiciário e Legislativo nisso. Atualmente, o governo federal está seguindo um pouco na direção de realizar várias ações (algumas legislativas e outras administrativas) para arrumar a casa, que está muito em linha com o que sempre defendemos. Embora seja um tema polêmico, o atual governo tem, inclusive, a interlocução com os sindicatos de servidores públicos, uma identificação com as causas vinculadas a esse segmento da população. Isso pode fazer o diálogo avançar mais rápido.

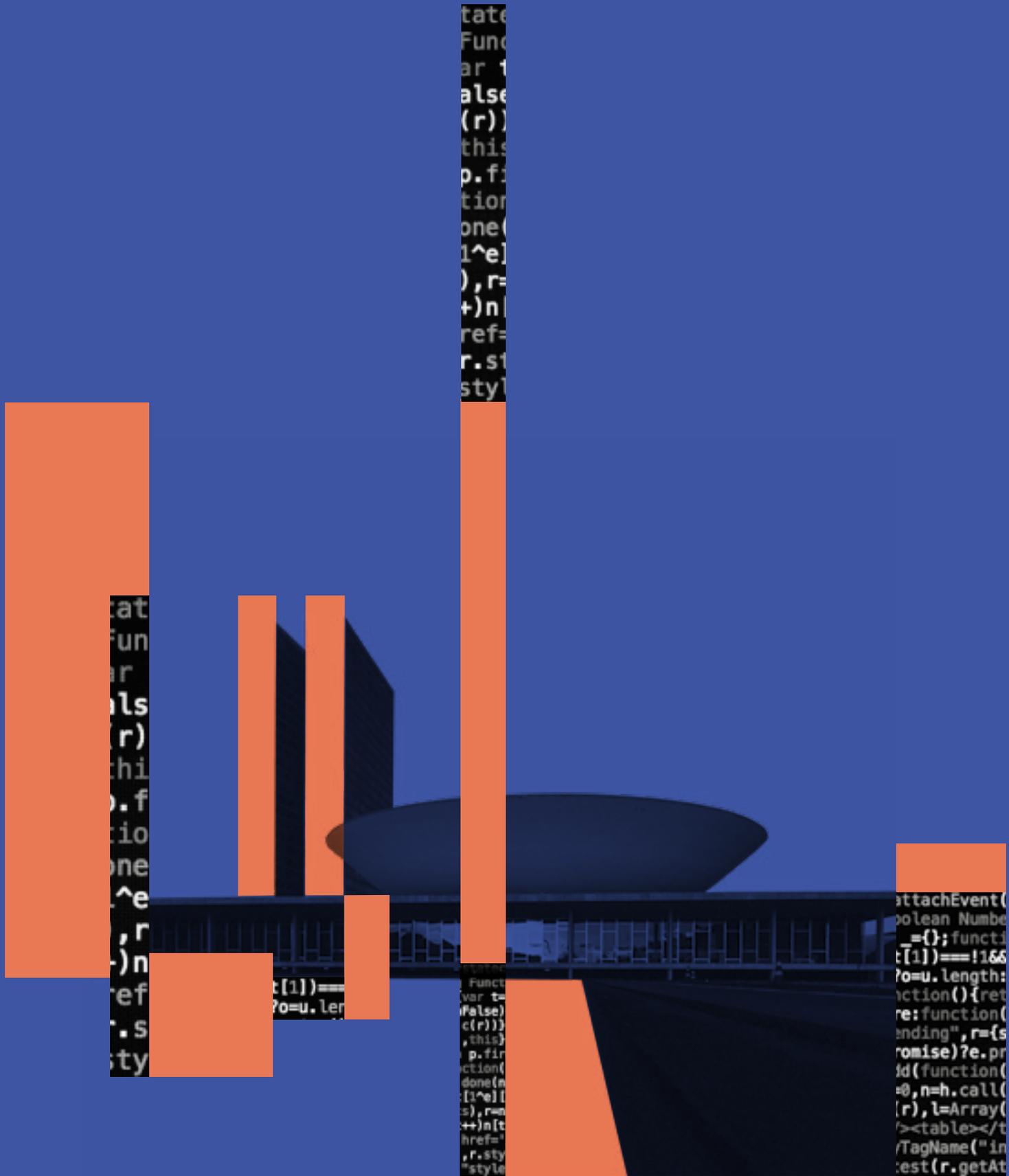
Há a expectativa de que a reforma seja um caminho de redução do custo do Estado. Mito ou verdade?

É uma verdade no longo prazo, mas no curto prazo, não. Esse é um outro ponto que a Reforma Administrativa não é: uma solução para os nossos problemas fiscais. Os problemas fiscais de curto prazo são muito maiores do que uma reforma daria conta logo nos três primeiros anos. Tanto é que, no projeto que tramita, a PEC 32, havia esse discurso de que vamos economizar R\$ 400 bilhões em dez anos. Essa é uma conta muito difícil de ser feita. O que acreditamos é que, à medida que o modelo se torne mais eficiente (e o servidor, mais produtivo), com menos distorções, haja menos servidores — e, portanto, o custo da máquina seja menor, mesmo com funcionários mais bem remunerados. No futuro, o ganho virá dos pontos de vista da produtividade e da eficiência. Uma máquina mais enxuta, mais produtiva, mais ágil e mais moderna.

&

ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA POR MEIO
DESTE CÓDIGO QR:

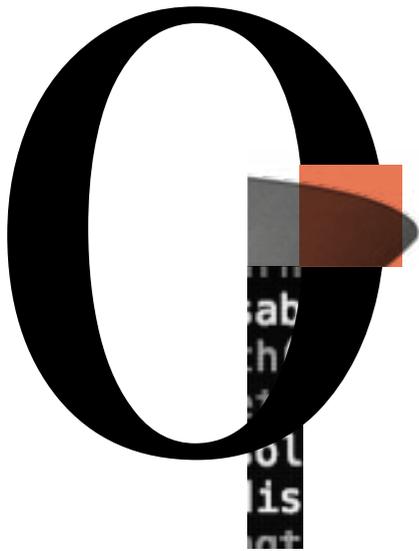




SERVIÇOS PÚBLICOS A UM CLIQUE

Diante da aprovação de um marco regulatório e da chegada de investidores, cresce o número de iniciativas de inovação no setor público. Mas se na esfera federal somos referência, a realidade ainda é analógica nas cidades. O desafio para desenvolver um ecossistema govtech no Brasil é cultural e adaptativo, o que inclui a capacitação dos gestores públicos e o estímulo à cultura de inovação. A principal barreira está nos diferentes níveis de maturidade institucional.

texto GUSTAVO VIANA | ilustração PAULA SECO



O brasileiro é conhecido por aceitar bem o uso das plataformas digitais. Basta ver como Airbnb, iFood, Spotify e Uber caíram no gosto popular, tornando o consumidor acostumado à praticidade sem limite de horário, tudo na palma da mão. Com os serviços públicos, muitas vezes associados à burocracia, a aceitação levou mais tempo, mas já pode ser notada. O ambiente de tecnologia pública no País conta com exemplos de inovação bem-sucedidos, como o Imposto de Renda e o PIX. A plataforma digital do governo federal (Gov.br) já tem mais de 150 milhões de usuários, com documentos como identidade, carteira de trabalho, habilitação e comprovantes de vacina em versões digitais, disponíveis no celular.

Além do que o setor público faz para se digitalizar, surgiram as govtechs, empresas de tecnologia com o propósito de gerar inovação e economia de recursos. O Brasil tem, atualmente, 475 startups e Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nesse segmento, número quase seis vezes maior do que em 2020, segundo o Mapa Govtech Brasil 2024, estudo do BrazilLAB — *hub* de inovação que conecta empreendedores com o Poder Público —, que conta com o apoio da Oracle. A maioria dessas empresas oferece soluções voltadas a gestão pública (160 startups), educação (80) e saúde (74), além de iniciativas nas áreas de Segurança, Habitação, Urbanismo e Mobilidade. Do total, 51,79% estão no eixo Sul-Sudeste (33,48% só em São Paulo). Depois, vêm as regiões Sul (21,47%) e Nordeste (14,32%). Apenas 2,5% estão na Região Norte.

Além da expansão no número de govtechs, cresceu o volume de iniciativas públicas de inovação em todos os poderes e níveis governamentais. O estudo identificou 338 programas de inovação do Poder Público — em 2019, esse número não passava de 20 —, com a maior parte vinculada ao Poder Executivo e à União. Se, na esfera federal, o Brasil já é apontado como referência mundial, no âmbito municipal, muitos atendimentos ainda são presenciais, o que indica o potencial de crescimento desse mercado.

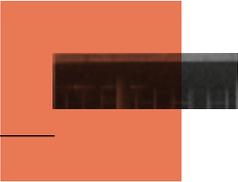
A transformação digital dos serviços públicos foi puxada por mudanças na legislação. Recentemente, foram aprovados três instrumentos jurídicos que facilitam os negócios entre startups e governos, incentivados pela tendência de investimentos em modelos orientados ao Business to Government (B2G), ou seja, que têm como cliente final algum contratante ou beneficiário ligado ao Poder Público. A pandemia de covid-19 também acelerou essa digitalização.

MARCO LEGAL

Até 2020, a legislação brasileira de compras públicas era o principal entrave ao desenvolvimento do ecossistema govtech no Brasil, com barreiras para o fechamento de contratos entre startups e órgãos estatais. A adoção do tripé regulatório govtech — composto pela Nova Lei de Licitações, pela Lei do Governo Digital e pelo Marco Legal de Startups e do Empreendedorismo Inovador — gerou oportunidades para novos negócios. Segundo Vera Monteiro, professora de Direito Administrativo na Fundação Getúlio Vargas (FGV), os avanços na legislação são importantes para facilitar as contratações, além de ajudar os entes públicos a entender a magnitude das próprias necessidades antes da contratação dos serviços, com a autorização para realizar testes na busca pelas melhores soluções. “Temos uma legislação que ampara melhor a tomada de decisão. E uma parcela do Poder Público se capacitou e desenvolveu boas práticas de governo digital, mediante política de dados e informações abertas. Sem falar nos laboratórios de inovação, cuja atuação tem sido importante para a consolidação do ecossistema”, avalia a especialista na área de Contratações Públicas.

MAIS CAIXA

O avanço da regulação criou bases mais sólidas também para que as startups que oferecem esses serviços pudessem receber investimentos. Houve um substancial aumento do fluxo de capital no mercado B2G, por meio da criação dos primeiros



“A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL GERA FACILIDADE PARA O CIDADÃO E ECONOMIA PARA QUE SEJA POSSÍVEL DESENVOLVER NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS.”

RODRIGO DINIZ,
subsecretário de Transformação Digital de Minas Gerais

fundos dedicados ao negócio, com importantes rodadas de captação. A Astella, gestora de *venture capital* que impulsiona startups em estágio inicial, liderou investimentos na Gove, que facilita a arrecadação de tributos, e na Aprova, de digitalização de processos públicos. “As govtechs são uma oportunidade única em um mercado em transformação e ainda pouco explorado, que pode trazer, ao mesmo tempo, bons retornos para os investidores e transformar o País”, destaca Marcelo Sato, *general partner* da Astella.

A Gove recebeu investimento de R\$ 8 milhões. “O capital possibilitou melhorar nosso produto e aumentar o time de relacionamento com os municípios”, conta Rodolfo Fiori, CEO e fundador da startup, criada em 2016. Com 35 colaboradores, a empresa atende a cerca de 400 municípios, em um universo de 6 milhões de pessoas. Os maiores clientes são as prefeituras de Salvador (BA) e Manaus (AM). Já a Aprova recebeu dois aportes: o primeiro de R\$ 4 milhões, e o segundo de R\$ 22,5 milhões. O investimento possibilitou o desenvolvimento de produtos como a solução de meio de pagamentos com parcelamento de tributos no cartão de crédito. Os recursos também deram ganho de escala na implementação de projetos. “Dobramos o número de cidades e chegamos mais longe, operando em

Estados onde ainda não tínhamos atuação”, conta o fundador e CEO da Aprova, Marco Antonio Zanatta, arquiteto que fundou, em 2017, a empresa que, hoje, conta com 90 colaboradores e um portfólio formado por 140 prefeituras, incluindo Florianópolis (SC), São Paulo (SP) e João Pessoa (PB). Na plataforma, todas as concessões de licenças ambientais para comércios, serviços, obras e atividades econômicas são realizadas de forma 100% digital. “Os cidadãos chegavam a esperar um ano para ter uma licença para construção. Hoje, os processos digitais reduzem essa espera em até 80%”, conta Zanatta.

A Astella segue de olho no mercado. “Continuamos acreditando no setor e nas inúmeras oportunidades que o Brasil precisa aprimorar nos processos de gestão pública. Estamos abertos a conhecer soluções que busquem saídas para esses desafios”, diz Sato. Segundo o investidor, a principal tendência do mercado govtech é a migração de todos os processos físicos de órgãos públicos para o ambiente digital. “Na esfera federal, o Brasil já é referência, mas não temos a mesma amplitude na municipal, que é a porta da relação com o cidadão”, ressalta o sócio da Astella.

O Fundo GovTech, das gestoras de *venture capital* KPTL e Cedro Capital, nasceu em dezembro de 2022. Ao longo do ano passado, investiu em

três startups: R\$ 4 milhões na Augen Engenharia, que desenvolve tecnologia para digitalizar processos de tratamento da água; R\$ 4 milhões na Prosas, especializada em seleção e monitoramento de projetos sociais e culturais; e um montante não revelado no Colab, atuante no desenvolvimento de recursos para dinamizar as relações entre cidadãos e serviços públicos. De acordo com Adriano Pitoli, *head* do fundo, no Brasil, há muitas oportunidades para a inovação. “Tivemos algumas boas experiências investindo em govtechs. Há muitas lacunas nas esferas municipal, estadual e federal para adoção de tecnologias e inovação”, afirma.

Em setembro de 2023, a KPTL foi selecionada para receber uma injeção de capital estimada em R\$ 50 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao fundo, voltado a investimento em govtechs. Com o aporte, a gestora ganha fôlego para ampliar o portfólio. Pitoli afirma que o Fundo GovTech vislumbra muitas iniciativas governamentais na contratação de soluções inovadoras, como o Marco Legal de Startups e a nova Lei de Licitações. “Testemunharemos, nos próximos anos, uma onda de transformação digital nos serviços públicos. O tema govtech estará cada vez mais em evidência”, destaca. O fundo pretende captar mais R\$ 200 milhões para investir em até 30 govtechs nos próximos quatro anos. A busca é por startups com produto já validado, clientes em fase de crescimento e faturamento anual entre R\$ 1 milhão e R\$ 16 milhões por ano.

Ao dispor de uma legislação de compras públicas entre as mais modernas do mundo, o principal desafio apontado pelo BrazilLab para o desenvolvimento do ecossistema govtech no País é cultural e adaptativo, o que inclui a necessidade de qualificação dos gestores públicos e o estímulo à cultura de inovação na administração pública. Na avaliação de Vera, da FGV Direito, a principal barreira está nos distintos níveis de maturidade institucional nos municípios e Estados nacionais. “Ter estrutura de governança de dados, agenda de informações abertas e estratégia de governo

digital ainda não é uma realidade nacional. Além disso, vender para o setor público um produto que não está acostumado a usar é sempre um desafio”, resume a professora.

OLHANDO PARA FRENTE

Para Fiori, da Gove, a grande tendência nesse mercado é a revolução na forma como os governos se relacionam com cidadãos e empresas. “Atualmente, é um relacionamento analógico, que passará a ser digital com bastante uso de Inteligência Artificial (IA)”, diz. Já Zanatta, da Aprova, enxerga cada vez mais startups captando e fechando rodadas de investimento para diferentes soluções. “O governo tem uma gama muito ampla de atuação, como Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, Tributação e Administração”, aponta o CEO, que acredita em um movimento de grupos dos Estados Unidos que atuam com prefeituras em outros países operando no Brasil, seja com tecnologia própria, seja com parceiros locais. “Trabalhar com o governo será tão atrativo quanto é atuar, hoje, nos nichos mais populares do ecossistema, como fintechs ou IA”, prevê.

O BrazilLAB identifica a nova Estratégia Nacional de Governo Digital como fundamental para que não ocorram retrocessos no processo de transformação digital e inovação do setor público brasileiro. A proposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) é ampliar e simplificar o acesso de todas as pessoas aos serviços públicos, por meio da inclusão de Estados e municípios na plataforma Gov.br. O trabalho começou em agosto de 2023, por intermédio de oficinas para debater o tema com entes da federação, organizações da sociedade civil, instituições privadas e empresas públicas de tecnologia.

O MGI também realizou uma consulta pública que recebeu 406 contribuições. “Agora, estamos na fase final para o lançamento, que deve ocorrer em maio”, informa o secretário de Governo Digital do ministério, Rogério Mascarenhas. A partir da Estratégia Nacional, cada ente terá à mão um documento orientador para elaborar a própria estratégia, de acordo com o seu nível de maturidade digital. Dados do MGI revelam que apenas 44% das unidades federativas desenharam uma estratégia de governo digital própria, enquanto só 28% contam com planejamento na área. O portal Gov.br abriga 155 milhões de usuários e oferta 4,2 mil serviços digitais, como a Prova de Vida, a Assinatura Eletrônica e o Acesso Gov.br. “É a hora de usarmos essa experiência

para impulsionar a transformação digital em Estados e municípios a partir da rede Gov.br”, destaca Mascarenhas.

O Conecta gov.br, programa para a troca automática e segura de informações entre os sistemas, foi responsável pela economia de R\$ 2 bilhões desde o ano passado, segundo o MGI. O projeto desobriga o cidadão a apresentar informações que o governo já tenha acesso quando a pessoa solicitar uma prestação de serviço, como a emissão de passaporte ou a inscrição no Cadastro Único. “Com essa integração, ela está liberada de preencher formulários, emitir certidões, fazer uploads de documentos e peregrinar entre órgãos. Os sistemas conversam entre si e obtêm as informações de maneira automática. Já a administração deixa de conferir manualmente essas informações, o que diminui erros e fraudes. Isso é economia de dinheiro público”, ressalta o secretário.

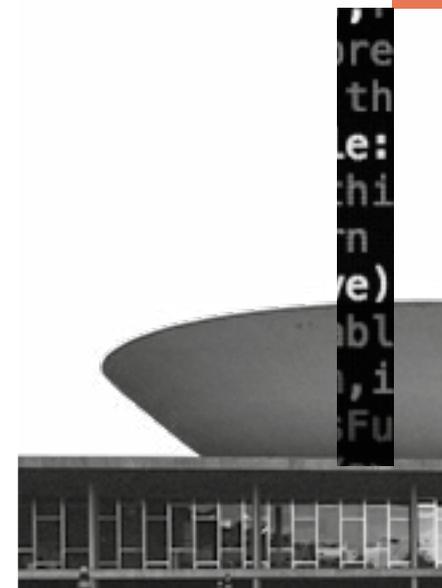
A aceleração na transformação digital é dinheiro nos cofres públicos. Estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2022, com base em dados da Prefeitura de São Paulo, indica que cada R\$ 1 investido na digitalização gera uma economia anual de R\$ 27. Em termos percentuais, a pesquisa aponta que a transformação digital gera à sociedade uma redução média de 74% no custo unitário de uma solicitação de serviço público.

ARAGUAÍNA EM DESTAQUE

O município de Araguaína, na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, se tornou referência nacional em transformação digital. Foi a primeira cidade a publicar um edital de Contratação Pública de Solução Inovadora (CPSI) e a contratar, em outubro de 2021, uma startup sob o Marco Legal de Startups e Empreendedorismo Inovador (MLSEI). “Existia a necessidade de melhorar o cadastro do município, então, fizemos um *hackathon* de inovação aberta em parceria com o Sebrae. A nossa ideia era contratar as startups que participaram do evento, mas ainda não havia legislação para isso”, conta Fabiano Souza, secretário Especial da Ciência, Tecnologia, Inovação e Relações Internacionais de Araguaína. Segundo ele, o objetivo era melhorar a eficiência na comunicação entre a prefeitura e a população. A vencedora da licitação foi a Gove, ao desenvolver um software de relacionamento que conecta digitalmente cidadãos, empresas e o setor público em um só local. Por meio da pla-

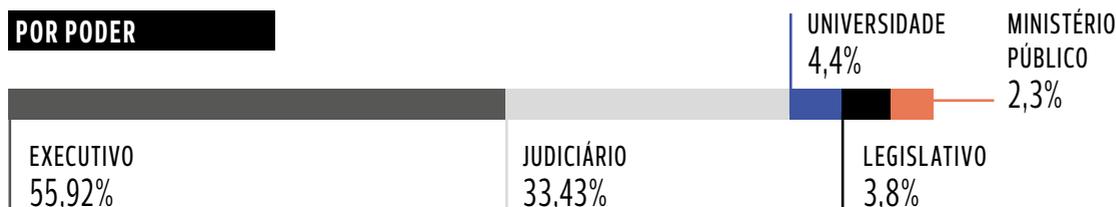
EXEMPLO PARA O MUNDO

O ecossistema govtech brasileiro é reconhecido como um dos mais maduros do mundo. No Índice de Governo Digital 2023, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o País conquistou um resultado superior ao da média dos membros da organização, à frente de Lituânia, Espanha, Países Baixos, Áustria e Israel. O Brasil, que subiu seis posições no Índice Global de Inovação 2023, realizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), foi considerada a economia mais inovadora da América Latina e do Caribe pela primeira vez, ultrapassando o Chile.

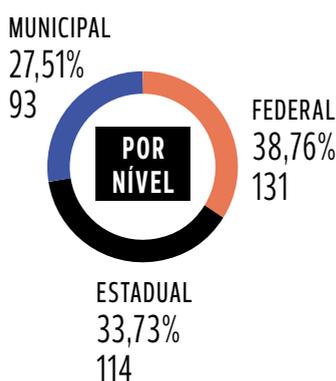
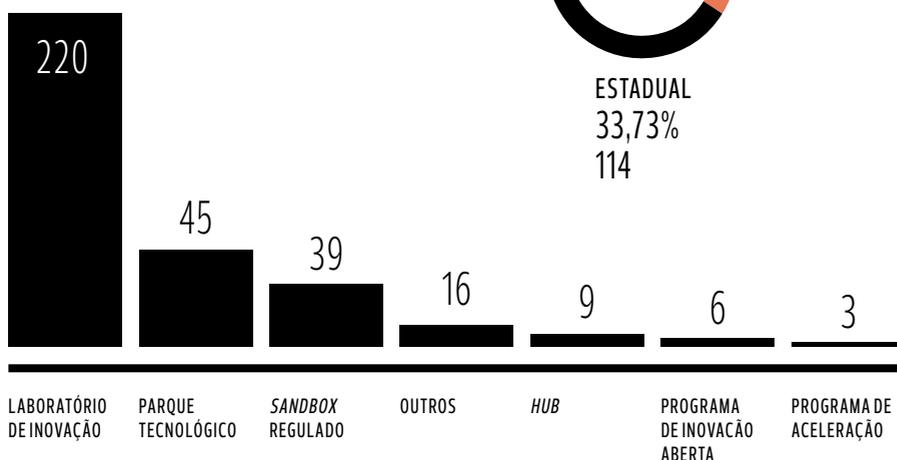


INOVAÇÃO DO PODER PÚBLICO

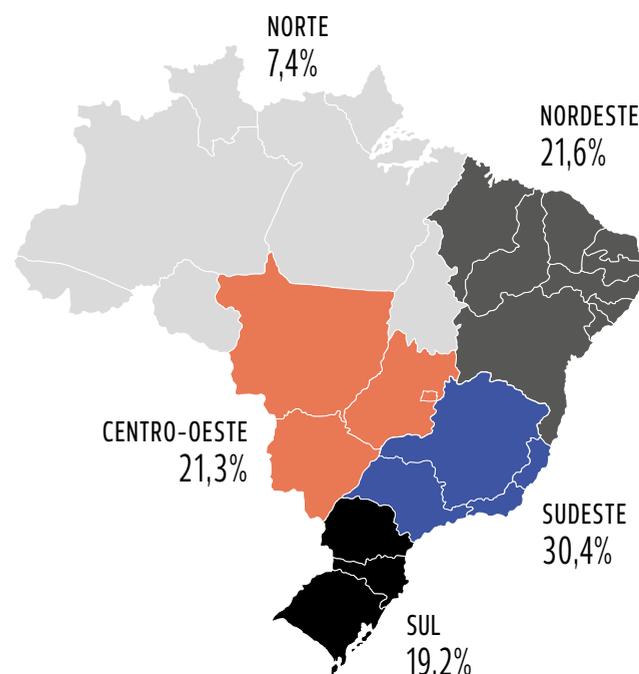
POR PODER



POR TIPO



POR REGIÃO



Fonte: Mapa Gov/Tech 2024 / Brazil/Lab

taforma, foi feita a integração das bases de dados da prefeitura, cruzando informações das diversas secretarias e coletando dados de fontes externas.

“As pessoas tinham de sair de casa somente para tirar dúvidas. Agora, podem fazer a mesma coisa pelo celular”, diz. A prefeitura leva informações aos munícipes, como o calendário de vacinação e de matrícula nas escolas, além de outras mais pontuais, como alterações no trânsito durante obras nas vias, por exemplo. O serviço beneficia diretamente 193 mil pessoas cadastradas. Com a redução de custos operacionais, aumentou-se a arrecadação em R\$ 9,6 milhões já no primeiro ano de implementação. A próxima etapa é o uso da IA no site e no WhatsApp da prefeitura.

REALIDADE NOS ESTADOS

Inspirado em experiências de digitalização da Dinamarca, da Estônia e, em especial, do Chile, o programa Minas Atende, criado em 2019 pelo governo estadual mineiro, incorporou os serviços

digitais do Detran-MG aos serviços de água, esgoto e energia, entre outros. Em torno de 220 ações ficaram mais simples, com destaque para o fim da autenticação de documentos; ao passo que outras 242 foram transformadas digitalmente mediante a adoção das tecnologias de agendamento online. A iniciativa ampliou a digitalização das etapas dos serviços públicos do Estado de 48%, em 2018, para 80,9%, em março de 2024.

Segundo o subsecretário de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-Mg), Rodrigo Diniz, cada atendimento digital realizado pelo cidadão tem um custo médio de R\$ 0,50 ao Poder Público. Já o custo presencial médio chega a R\$ 30. “O incentivo à transformação digital gera facilidade para a população e economia para que o Poder Público possa desenvolver novas políticas”, define.



ENSAIO FOTOGRÁFICO

UMA VIAGEM DE SABER E CONCRETO

texto e fotos LAURA TOYAMA



As monumentais estruturas de concreto e amplos vãos têm usos que vão além da circulação de estudantes, professores, funcionários e pesquisadores: abrigam atividades coletivas, acervos históricos e servem de palco a movimentos que influenciaram a construção política do País. Os prédios contam, até hoje, histórias um dia sonhadas por seus arquitetos.



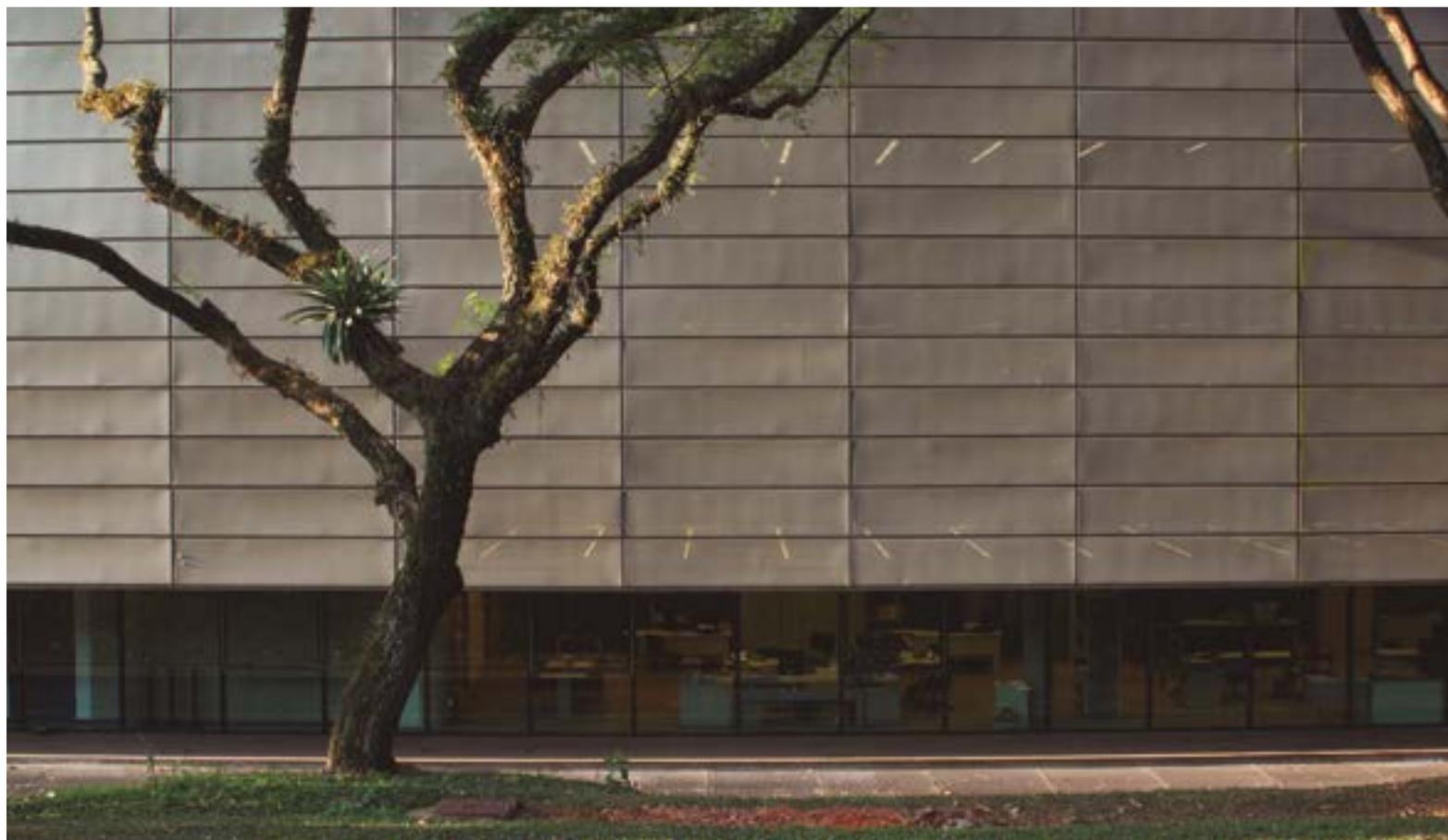
A Universidade de São Paulo (USP) completa 90 anos em 2024, num universo que abriga quase 97,5 mil alunos. A história da instituição reside em edifícios de diferentes estilos que ajudam a contar também a história da capital paulista. Alguns deles ultrapassam os limites da Cidade Universitária e excedem também quase um século da universidade, em uma rica relação com a paisagem urbana paulistana.

Projetados pelo famoso engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, os prédios das faculdades de Medicina, no bairro Cerqueira César, e de Direito, no Centro, são do início do século 20 — que, ao lado de construções como o Theatro Municipal e a Pinacoteca do Estado, pertencem ao movimento que misturou alguns estilos arquitetônicos predominantes até meados do século 19, combina-

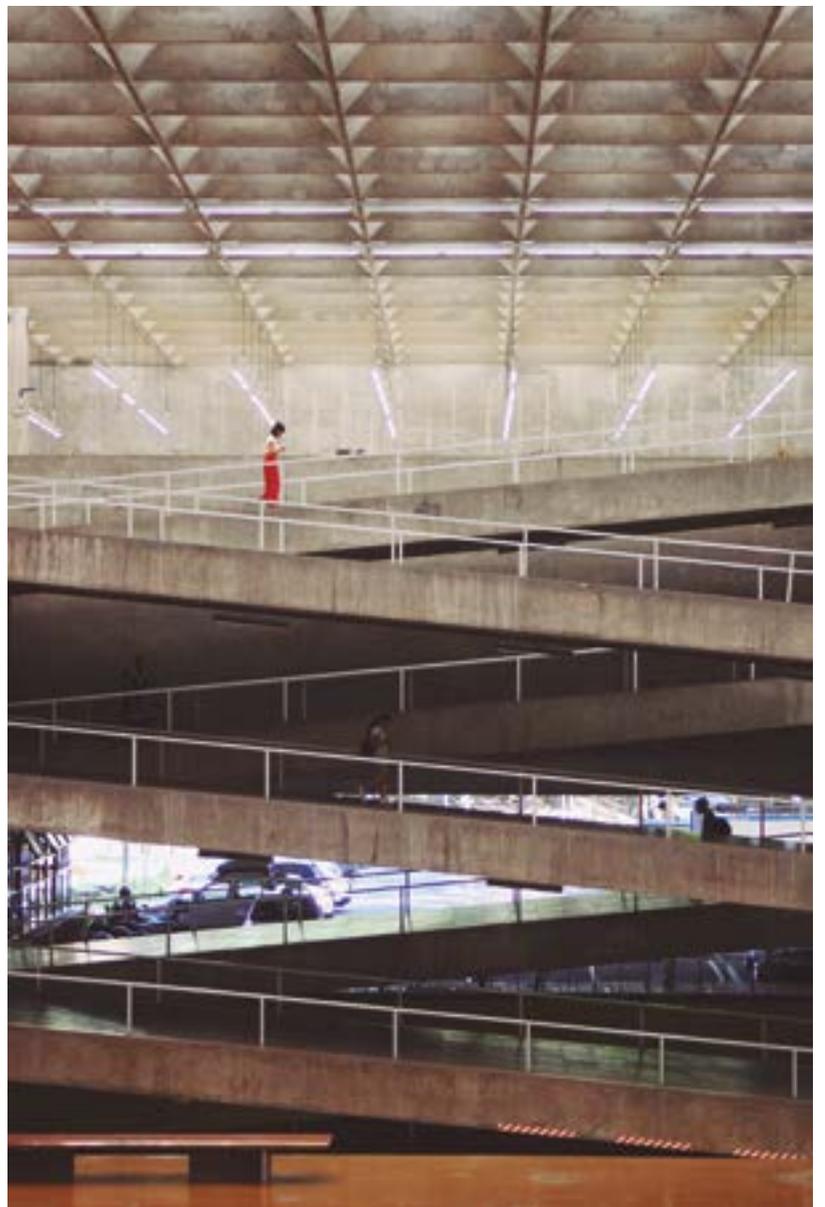
dos por Ramos de Azevedo para dar à luz edificações singulares.

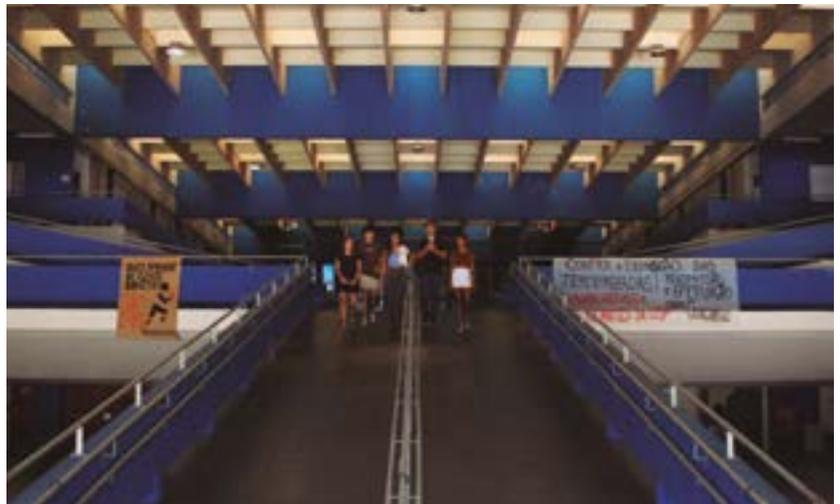
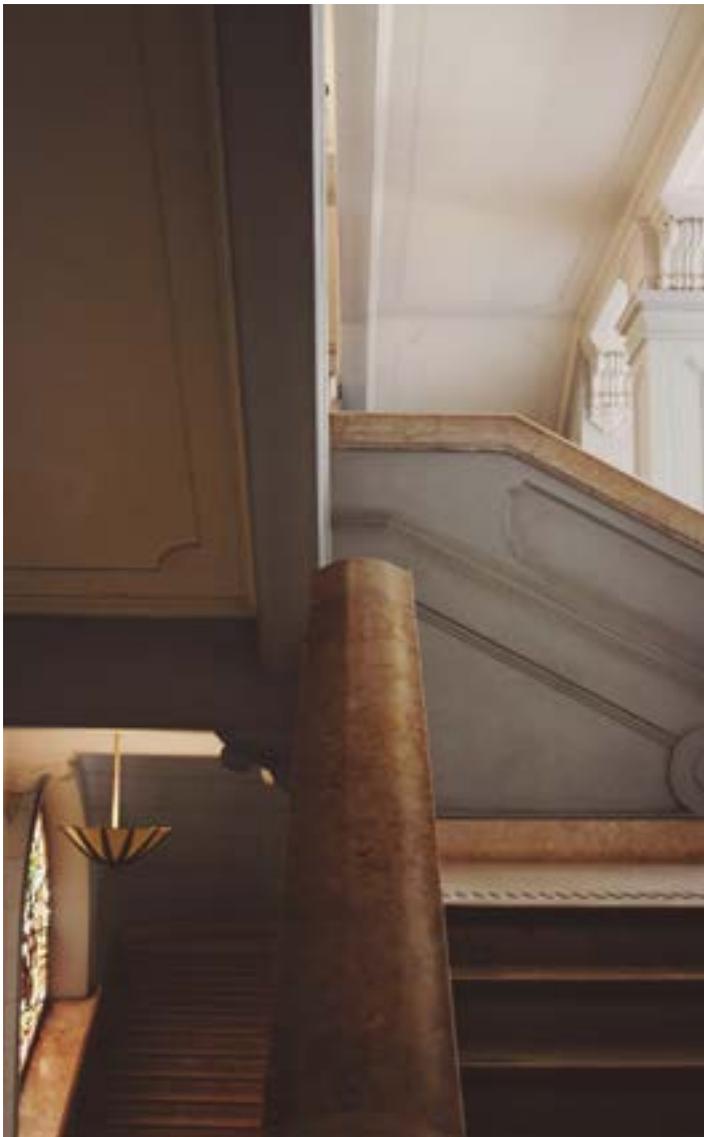
Na Cidade Universitária, construções de diferentes épocas dividem espaço em cerca de 4,3 milhões de metros quadrados, tornando-a uma eclética coleção de clássicos da arquitetura brasileira. O prédio que abriga os cursos de História e Geografia, por exemplo, projetado na década de 1960, é vizinho da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, construída somente 50 anos depois.

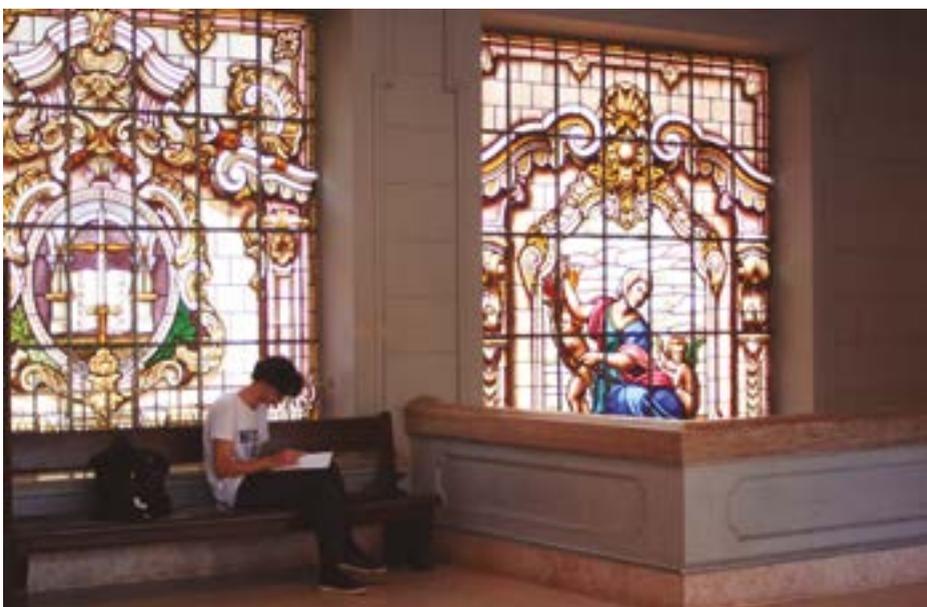
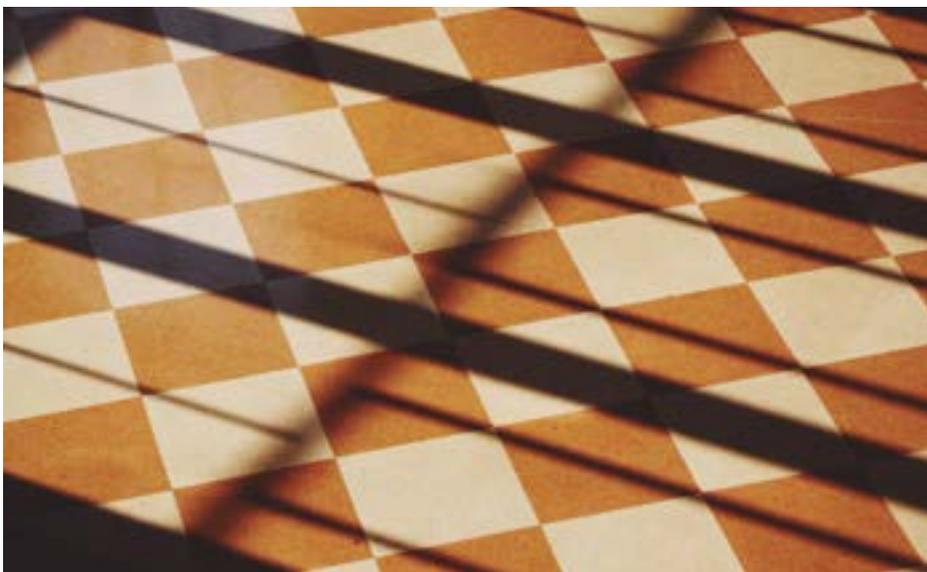
Ambos são exemplares de diferentes fases da arquitetura, assim como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), projetada por João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascardi. As suas características mais marcantes, como as rampas e grandes vigas de concreto exposto, pertencem a uma vertente do modernismo brasileiro, o brutalismo.



Orientado por conceitos como a continuidade espacial e estruturas que interligam as muitas partes de um prédio, o brutalismo também representa a conexão entre edifícios de diferentes gerações, entrelaçados no objetivo de abrigar os 90 anos de história de uma universidade de referência não só no Brasil.







Há uma mistura de elementos clássicos e contemporâneos nos prédios. As faculdades mais antigas de São Paulo combinam mármore e vitrais, enquanto as construções de meados do século 20 usam e abusam da força das linhas retas. As estruturas de concreto foram combinadas a detalhes de inspiração barroca, como ornamentos em bronze, lustres, grandes vitrais com figuras e mármore revestindo o piso e as escadas.





”

QUANTAS IDEIAS SÃO DEBATIDAS EM UMA ENTREVISTA? E EM 600?

ASSISTA, LEIA E DESCUBRA COM A GENTE.



UM BRASIL 10 ANOS

O PAÍS ANALISADO
EM ENTREVISTAS
QUE FAZEM
HISTÓRIA



@canalumbrasil

BAIXE A VERSÃO DIGITAL
umbrasil.com/publicacoes

UMA REALIZAÇÃO
FECOMERCIO SP



ilustrações: Débora Faria

O que transforma a sociedade?

Abram Szajman, um empresário; Ives Gandra da Silva Martins, um jurista; José Goldemberg, um físico; e José Pastore, um sociólogo. Para retratar a contribuição desses quatro personagens visionários da vida pública brasileira, o projeto Notáveis — uma realização da FecomercioSP — vai retratar como eles influenciaram gerações nos seus respectivos campos de atuação e contribuíram para as realidades socioeconômica, jurídica, cultural e intelectual do País. Em breve, mais informações no site **PB**.

QUESTÃO DE SEGURANÇA

“As polícias civis estão desaparecendo. Não há investimento. Além disso, os efetivos são menores do que o necessário e ainda estão envelhecidos e burocratizados”, explica o analista criminal Guaracy Mingardi, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em entrevista à **PB**. Segundo ele, não é possível entender a insegurança pública no Brasil sem considerar essa perda de poder de investigação.

Digitalização em pauta

O Brasil ocupa posição de destaque na digitalização de serviços públicos nas Américas, mas ainda há espaço para aprimoramentos. Focado na modernização desses serviços na melhoria do ambiente de negócios, o Conselho de Economia Digital e Inovação da FecomercioSP entregou pleitos ao governo federal tratando de pontos relevantes, como criação do cadastro único da empresa (e-CNPJ); integração dos processos de obtenção de alvarás de funcionamento; integração entre as esferas de governo ; medidas de qualificação; e inclusão digital.

Chocolate será artigo de luxo?

A crise climática deve fazer com que o chocolate deixe de ser um prazer acessível para se tornar artigo de luxo. Episódios meteorológicos extremos na região tropical africana, que produz quase dois terços do cacau mundial, levaram o preço do insumo a níveis recordes. Em um ano, a tonelada passou de US\$ 2 mil para acima de US\$ 6 mil. Mais do que as questões do clima, a indústria — especialmente a europeia — se recusa, cada vez mais, a comprar cacau de produtores acusados de manter trabalho análogo à escravidão ou que não sigam práticas de sustentabilidade ambiental.





GIGANTE E DESIGUAL

A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2023 se confirmou: R\$ 10,9 trilhões medidos pelo IBGE, batendo com os US\$ 2,13 trilhões previstos em 2022. A cifra levou o País à nona posição entre os mais ricos do mundo. Mas a alta concentração de renda faz do Brasil protagonista de outro ranking (nada nobre) – o das nações mais desiguais do mundo.

texto DIMALICE NUNES



Em 1974, o economista Edmar Bacha popularizou o termo “Belíndia”, que resumia as profundas contradições do Brasil à época. Em seu artigo “O Rei de Belíndia: uma fábula para tecnocratas”, ele criticava as políticas praticadas pelo regime militar que, segundo o autor, criavam um país dividido entre os que moravam em condições similares à Bélgica e aqueles que tinham o padrão de vida da Índia.

Quarenta anos depois, em 2014, a revista britânica *The Economist* atualizou o termo para “Italdônia”. A publicação afirmava que a parcela mais rica do Brasil já não estava mais no mesmo nível da Bélgica — e, sim, mais próxima da Itália. A Índia, por sua vez, era muito mais pobre que Estados brasileiros vulneráveis, como Maranhão e Piauí, que se aproximariam da Jordânia. O Brasil era, então, a sétima maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 2,35 trilhões. Naquele ano, o índice de Gini do Brasil — calculado pelo Banco Mundial para medir a desigualdade — foi de 52. O indicador vai de 0 a 100, e quanto maior, mais desigual.

Jogos de palavras à parte, a verdade é que o Brasil segue rico e desigual, consolidando o resumo de Bacha. O PIB brasileiro cresceu 2,9% em 2023, somando R\$ 10,9 trilhões, cerca de US\$ 2,2 trilhões. Ainda em 2022, a projeção do FMI já era a de que País ultrapassaria o Canadá, chegando ao posto de nona maior economia do mundo, com um PIB estimado de US\$ 2,13 trilhões — o que se confirmou. No entanto, considerando os países mais

ricos do mundo, o Brasil é o único que figura em outro ranking: o dos mais desiguais, dividindo a 14ª posição com o Congo. A Índia, famosa pela pobreza, é a quinta maior economia do mundo, mas não está no ranking das mais desiguais.

O classificação faz parte do último Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), relativo aos anos de 2021 e 2022. Três anos atrás, o índice de Gini do Brasil era 48,9, o menor resultado desde 2012. Apesar da melhora ante os 52 de quase dez antes, chama a atenção que o País figure nos dois rankings, ou seja, o crescimento da economia como um todo não reverbera nas condições de vida da população. O Gini da Índia é 35,7; o da Bélgica, 27,2. Em 2022, o Gini do Brasil subiu para 52,9, uma nova piora, em dados ainda não compilados para a comparação com outros países. Segundo Bacha, o seu objetivo, em 1974, era justamente criticar o uso do PIB como medida de bem-estar, já que só os “belgas” se beneficiavam do aumento da riqueza, enquanto os “indianos” se mantinham na pobreza. “A fábula se foi, mas o nome pegou”, relembra, hoje, 50 anos depois.

Bacha explica que, depois da redemocratização, em 1985, e especialmente a partir do Plano Real, em 1994 — do qual o economista é um dos criadores —, a situação melhorou, mas o Brasil mantém uma das mais concentradas distribuições de renda do mundo. “Belíndia continua entre nós”, resume.

O BOLO CRESCE, MAS... PARA QUEM?

A economista Carla Beni, professora dos MBAs na Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que, até o início dos anos 2000, era recorrente a ideia de que era preciso fazer a economia crescer para, depois, dividir a riqueza. “Isso resultou numa falácia, porque a economia cresce, ainda que aos solavancos, no que chamamos de ‘voos de galinha’. Mas é uma expansão com concentração de renda, que não necessariamente gera redução de desigualdades, e esse é o ponto central.”

Os exemplos mais claros dessa linha de pensamento no Brasil foram os economistas Delfim Netto e Carlos Langoni, que, durante o regime militar, defendiam a tese de “primeiro, fazer o bolo crescer para, depois, dividir”. O fermento funcionou, mas as maiores fatias foram para os mesmos pratos de sempre. “O que a gente observa, hoje, pelas evidências disponíveis e pela experiência histórica, é que aquela tese não é verdadeira. O crescimento econômico, sozinho, não necessariamente nos leva a uma redução da desigualdade”, reforça Pedro Fandiño, pesquisador no Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede), ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “O crescimento econômico pode levar tanto ao aumento quanto à redução da desigualdade, a depender dos grupos sociais que se beneficiam do crescimento”, resume.

“É perfeitamente possível que a economia cresça concentrando renda. Nascer no Brasil passa a ser uma roleta-russa. Se você nasce numa família que consiga prover, via setor privado, as ineficiências do setor público, sai na frente. Se você

“O CRESCIMENTO ECONÔMICO
 PODE LEVAR TANTO AO AUMENTO
 QUANTO À REDUÇÃO DA
 DESIGUALDADE, A DEPENDER
 DOS GRUPOS SOCIAIS QUE
 SE BENEFICIAM DISSO.”

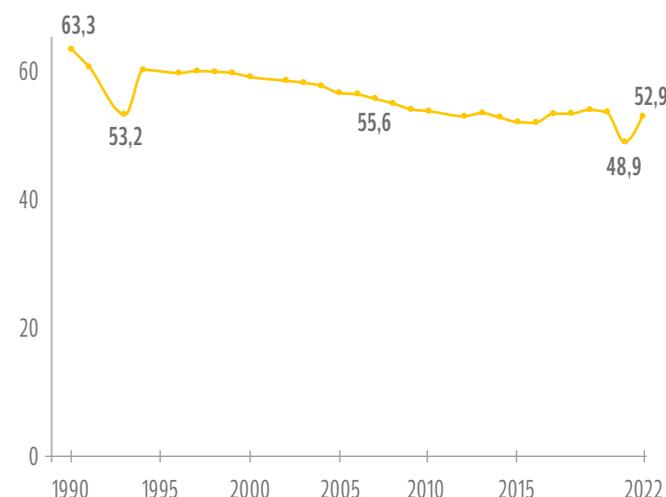
PEDRO FANDIÑO, pesquisador do Centro de Estudos
 sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede)

não nasce nessa família, fica girando na estatística, e mais de 70% da sua vida adulta são reflexos do lar em que nasceu”, afirma Carla, da FGV. Ela defende que o PIB é um indicador de síntese de uma economia. O mundo inteiro usa esse índice, mas precisa passar por um processo de crítica. Segundo a economista, à medida que se comemora quando o PIB cresce, mesmo que isso seja válido, é preciso colocar uma lupa sobre os números. O PIB é medido sobre três óticas: a oferta, a demanda e a renda. Só que distribuição de renda, qualidade de vida, saúde e educação não se expressam pelo PIB. Então, este não mensura a qualidade de vida da população. “A exportação de grãos gera uma riqueza que vai beneficiar um grupo muito pequeno, concentradíssimo de renda”, exemplifica.

Os dados de concentração de renda escancaram o que dizem os especialistas. De acordo com nota técnica elaborada pelo economista Sérgio Gobett e publicada pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, a renda de 15 mil pessoas que estão no topo da pirâmide social no Brasil cresceu até o triplo do ritmo observado entre o restante da população. Entre essa elite, que representa 0,01% da população, o crescimento médio da renda praticamente dobrou (96%) entre 2017 e 2022.

Enquanto isso, o ganho da maioria da população adulta, considerando-se os 95% mais pobres, avançou cerca de 33%, praticamente o mesmo porcentual da inflação no período. Ao ampliar

Gini (1990 a 2022)

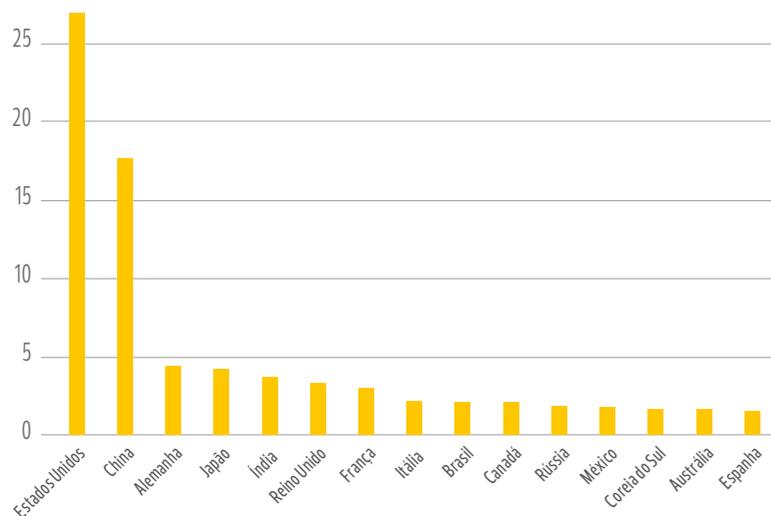


PIB em trilhões de US\$ (1990 a 2022)



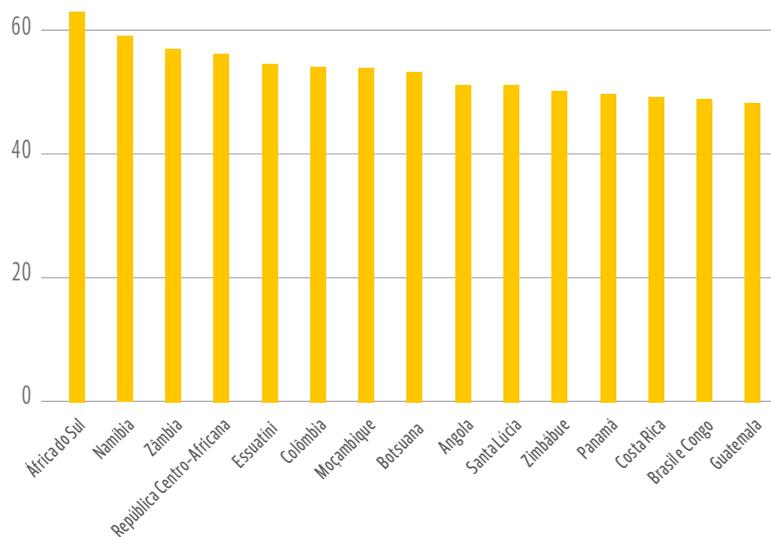
FONTE: Banco Mundial e IBGE

AS 15 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO EM 2023 (PIB projetado em trilhões de US\$)



FONTE: Fundo Monetário Internacional (FMI)

OS 15 PAÍSES MAIS DESIGUAIS (índice de Gini)



FONTE: Organização das Nações Unidas (ONU), com dados do Banco Mundial

a análise para identificar a renda do grupo 0,1% mais rico, formado por cerca de 154 mil pessoas, o estudo constata que cresceu, em média, 87% entre 2017 e 2022. O ganho mensal desses brasileiros subiu de R\$ 236 mil para R\$ 441 mil nos cinco anos do levantamento. Na fatia 1% mais rica, o crescimento também foi alto, de 67%. Entre os 5% com maiores ganhos, a alta foi de 51%.

Dentre os fatores que explicam o crescimento da renda na elite, o estudo destaca dois em especial: os ganhos com a atividade rural, parcialmente isenta de impostos, que cresceu especialmente entre os mais ricos; e o aumento do valor distribuído em forma de lucros e dividendos, que passou de R\$ 371 bilhões, em 2017, para R\$ 830 bilhões, em 2022.

Embora latente e óbvia no Brasil, a concentração de renda é um fenômeno global. O último relatório da Oxfam International aponta que 50% dos ativos globais estão nas mãos de 1% da população. No Brasil, a proporção é de 60% para 1%. A soma da riqueza dos bilionários cresceu 34% entre 2020 e 2023, o triplo da inflação no período. Em números, eles ficaram US\$ 3,3 trilhões mais ricos, valor 60% maior que todo o PIB brasileiro.

Enquanto isso, a parcela de riqueza dos 60% mais pobres, que era de 2,26% do total, caiu para 2,23%, segundo os dados compilados pela ONG a partir do Relatório Global de Riqueza de 2023, do banco suíço UBS, e dos dados globais de riqueza do Credit Suisse relativos a 2019, período anterior à pandemia de covid-19.

PASSADO COLONIAL, PRESENTE POUCO DISTRIBUTIVO

Atualmente, a ideia de que o “bolo precisa crescer” já foi superada pela maioria dos especialistas que estudam pobreza e desigualdade. Hoje, o trabalho desses pesquisadores se concentra em investigar a concentração de renda e como quebrar um círculo que parece vicioso. O passado colonial explica muita coisa — não é à toa que a América Latina é a região mais desigual do planeta —, mas não tudo. Novas correntes de pensamento dão conta de que mais do que aconteceu na história brasileira, o que deixou de acontecer explicaria melhor o ponto aonde chegamos.

“As origens da desigualdade remontam das capitâneas hereditárias. Se a renda já é desigual no Brasil, a distribuição da riqueza é mais desigual ainda. Em países com uma certa redistribuição de terras, houve também redistribuição da riqueza e dos poderes, que se converteu em distribuição de renda no futuro. No País, não houve esse processo, e a concentração de terra sempre foi imensa”, afirma Sandro Sacchet, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), explicando o primeiro tijolo do que construiu a desigualdade no Brasil.

Fadiño, do Cede, lembra ainda que, no período da colonização, foram estabelecidas instituições nocivas que se reproduziram desde então. E nestas estariam as origens da nossa desigualdade. “É claro que há um poder nesse argumento, principalmente quando analisamos, no caso do Brasil, o papel da escravidão — que durou séculos e uma abolição que



deixou os ex-escravizados completamente à deriva, sem qualquer condição de se integrar à sociedade.” No entanto, agora, há um outro conjunto de explicações que, na opinião do pesquisador, são complementares e mais interessantes. “Elas dizem respeito menos ao que aconteceu nos primeiros séculos de formação do País, mas, principalmente, ao que não aconteceu no Brasil no século 20”, afirma. Segundo Fadiño, ao observar os países desenvolvidos hoje, muito menos desiguais que o Brasil, alguns especialistas perceberam que essas nações também eram muito desiguais até o século 19. Isto é, a trajetória muda justamente no início dos anos 1900.

De acordo com essa corrente de pensamento, os choques da primeira metade do século 20 — como as duas grandes guerras e a crise de 1929 — destruíram aquelas sociedades como existiam até aquele momento, que, ao se reconstruírem, reergueram-se em novas bases. “É muito importante, no argumento desses autores, observar que no pós-guerra foram construídos estados de bem-estar social, firmados por novas instituições que foram capazes de diminuir a desigualdade e de preservá-la em patamares muito mais baixos”, explica Fadiño. Dentre as instituições criadas, fortalecidas e mantidas a partir desses choques, destacam-se a criação e valorização do salário mínimo, o papel dos sindicatos e o controle da economia via tributações do capital e da sua renda. “A partir do pós-guerra, foi observado um sistema tributário altamente progressivo, com o Estado tributando proporcionalmente muito mais os mais ricos do que os mais pobres, diminuindo, assim, a desigualdade”, resume.

De acordo com o pesquisador Sacchet, do Ipea, inclusive, o que diferencia o Brasil de outros países da América Latina que compartilham conosco o passado, mas não a desigualdade, é justamente a estrutura tributária. “A estrutura tributária do Brasil é uma das mais regressivas do mundo, por causa, principalmente, do alto peso dos impostos diretos. A alíquota líquida efetiva paga pelos mais pobres é bem maior do que a paga pelos mais ricos”, ressalta.

O PESO NO PRÓPRIO PIB

A equação que soma o passado colonial a uma estrutura econômica que reforça a concentração de renda resulta na forte desigualdade que temos hoje. E a geração de riqueza, por si só, não impede que esse ciclo se quebre — e pode, inclusive, retroalimentá-lo.

Segundo Carla, da FGV, as concentrações de riqueza e renda afetam o crescimento econômico em várias dimensões. Por exemplo, na própria estrutura educacional, porque quanto mais sucateadas forem a Educação e a Saúde, menos opções as pessoas terão, a qualidade de vida piorará e crescerá a segregação. “Isso dificulta a inserção dessa população no mercado de trabalho, além de aumentar a violência e impactar a qualidade de vida da sociedade como um todo”, finaliza.



Um importante termômetro da qualidade de vida de uma população é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse ranking, embora categorizado como país de “desenvolvimento humano elevado”, o Brasil amarga um desonroso 87º lugar, com 0,754 (a medição é de 0 a 1 — e quanto maior, pior). Muito atrás de países como Tailândia, Panamá, Argentina e Sri Lanka.

Betina Barbosa, coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organismo da ONU que calcula o IDH, explica que o índice expressa a condição de vida em três dimensões básicas: longevidade (vida longa e saudável), educação (acesso ao conhecimento) e renda (acesso a um padrão de vida decente). Segundo ela, esse desenvolvimento é um processo de ampliação das liberdades das pessoas em relação às próprias capacidades e oportunidades. “O processo ocorre pela realização do potencial humano, com a participação ativa dos indivíduos nas ações que levam à melhora da qualidade de vida.”

PARA SABER MAIS

- Uma breve história da igualdade, *de Tomas Piketty (Intrínseca, 2022)*
- Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade, *de Marcelo Medeiros (Cia. das Letras, 2023)*
- Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926–2013), *de Pedro Ferreira de Souza (Hucitec, 2018)*

DETERIORAÇÃO FISCAL E IMPACTOS ECONÔMICOS

ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

Recentemente, o governo federal anunciou mudanças no arcabouço fiscal, alterando as metas de superávit primário para 2025 — de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0% — e 2026 (de 1% para 0,25%). Quatro pontos chamam a atenção nessa decisão. Primeiro, embora o mercado já esperasse alguma mudança, a alteração superou as expectativas. Além disso, o anúncio foi feito num momento de grande turbulência internacional diante das incertezas sobre a política monetária do FED, o banco central dos Estados Unidos, e da evolução do conflito no Oriente Médio. A mudança, ainda, chega apenas oito meses após a aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso, o que desmoraliza totalmente a credibilidade da nova regra. Por fim, a mudança demonstra claramente que não há qualquer preocupação em reduzir gastos, ao contrário.

Os impactos sobre a economia foram imediatos. Os juros de longo prazo subiram, fazendo a taxa dos títulos públicos NTN-B ultrapassar a casa dos 6% (mais IPCA). Em 20 dias, o risco-país de cinco anos, medido pelo Credit Default Swap (CDS), subiu 20% e o câmbio se desvalorizou. Tudo isso limita a possibilidade de o Banco Central promover corte de juros mais expressivos. Esse cenário afetou as expectativas quanto à Selic ao fim do ciclo de redução dos juros, diante do mercado trabalhando com taxas próximas a 10% ao fim de 2024, contra os 9% esperados anteriormente.

É importante destacar, ainda, outros pontos que mostram uma tendência de deterioração do quadro fiscal. Há pouco tempo, a Câmara aprovou um projeto que altera o arcabouço fiscal para antecipar uma liberação de gasto extra de cerca de R\$ 15 bilhões para este ano, incremento que eleva a despesa federal também nos próximos anos. Os gastos com Previdência estão subestimados no orçamento de 2024, com projeção do governo de R\$ 914,2 bilhões — ao passo que

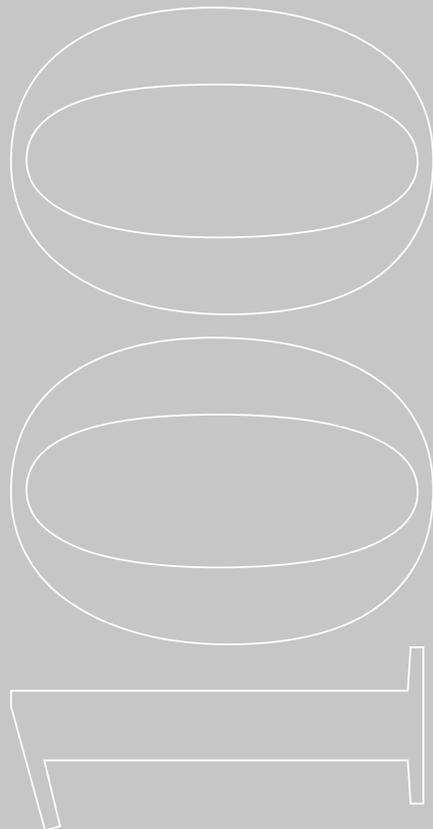
várias instituições preveem R\$ 923,5 bilhões. As despesas com Benefício de Prestação Continuada (BCP) mostram uma expansão real de 16,5%, no primeiro bimestre do ano, em relação ao mesmo período de 2023. Além disso, a elevação do salário mínimo para R\$ 1.502 vai gerar um aumento de despesas de R\$ 36 bilhões no próximo ano.

Enquanto a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) pleiteia redução nas despesas públicas como forma de obter um ajuste fiscal, o que se verifica é exatamente o oposto, além de tentativas de minimizar a gravidade do quadro fiscal, como ocorreu na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu excluir o excedente do precatório do cálculo da meta fiscal em 2025, o que representa 0,23% do PIB. Ora, se entra no cálculo ou não, a realidade é que o gasto ocorre e vai impactar a trajetória da dívida.

Ao mesmo tempo que o governo não mostra qualquer disposição de cortar despesas, o seu foco está totalmente voltado a aumentar a arrecadação, o que também não tem conseguido da forma como desejava, em razão das derrotas no Congresso. Ainda, não conseguiu eliminar a desoneração da folha ou cortar os benefícios concedidos no Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse). Além disso, a receita oriunda da tributação das *offshores* pode ser inferior à esperada.

Como se percebe, a situação fiscal brasileira está longe de ser considerada confortável. Sem uma política fiscal consistente que permita, mesmo que gradualmente, reduzir a relação entre a dívida e o PIB, será impossível retomar o crescimento econômico em bases sustentáveis. Enquanto se critica a taxa de juros no Brasil, esquece-se que há uma relação direta entre o gasto público e a Selic. Políticas fiscais adequadas, com corte de despesas, viabilizariam automaticamente taxas de juros menores e compatíveis com as vigentes em outras economias do mundo.

&



A celebração dos cem anos da Semana de Arte Moderna, em 2022, provocou uma série de questionamentos e ressignificações possíveis para o processo modernista brasileiro. Algumas certezas: a experiência paulista não foi a única. O modernismo se fragmentou por diferentes regiões do território nacional — e Minas Gerais exerceu um importante papel nesse contexto. Passo a analisar este último caso.

Logo após os eventos relacionados à Semana Futurista de São Paulo, em fevereiro de 1922, o modernismo brasileiro se espalhou por outros Estados e cidades. Na capital mineira, um grupo de jovens estudantes universitários — com nomes como Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Emílio Moura, Abgar Renault, Martins de Almeida e outros — movimentou a cena literária da cidade, já que todos eram ligados ao mundo das letras e da imprensa engajada.

Para a surpresa e alegria dos rapazes, em 1924, circulou a notícia de que um seletivo grupo — à época, registrado como “caravana” — de intelectuais paulistas passaria alguns dias nas cidades históricas de Minas Gerais. A frota foi formada por Mário de Andrade, Oswald de Andrade (que levou o filho, Nonê), Olívia Guedes Penteado, Godofredo da Silva Telles, René Thiollier, Tarsila do Amaral e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars. Chegaram a Belo Horizonte logo depois do carnaval daquele ano e se hospedaram no famoso Hotel Central, partindo desse ponto para locais como Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo e Sabará.

OS 100 ANOS DA CARAVANA PAULISTA A MINAS GERAIS

Interessante: estávamos há apenas dois anos da Semana de Arte Moderna e já se começava uma espécie de revisão do nosso modernismo. Uma questão levantada por Cendrars: como ser moderno ignorando a imensa tradição da arte barroca brasileira? Certamente, o poeta fez essa pergunta após o impacto de visitar as obras de Aleijadinho, em Congonhas do Campo. E não apenas isso, a passagem por Ouro Preto despertou em Mário de Andrade um intenso desejo de preservação do nosso patrimônio histórico-artístico-cultural — tanto que, anos depois, Mário foi um dos artífices e entusiastas da criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), já em plena Era Vargas. Isso sem falar de uma “entrada” das tradições e temáticas religiosas e barrocas em outros artistas modernistas, como Cândido Portinari, Guignard e Murilo Mendes.

Além do aspecto mais estético, foi graças à passagem da comitiva paulista por Minas Gerais que uma das mais frutíferas amizades literárias teve início: Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Conheceram-se pessoalmente durante os dias do grupo no Hotel Central de Belo Horizonte e, a partir daí, iniciaram uma das mais importantes e significativas trocas epistolares da literatura brasileira — uma correspondência volumosa, com mais de 200 cartas (todas publicadas), nas quais discutiram os caminhos do modernismo brasileiro e também o rumo da obra de cada um. Isto é, fizeram da correspondência um verdadeiro laboratório de ideias.

Neste ano do centenário da caravana paulista a Minas Gerais, mais uma vez somos levados a (re)pensar os rumos da modernidade literária brasileira, refletindo sobre a importância da amizade, dos grupos e dos deslocamentos no sentido de buscar nossa identidade cultural, tão marcada pela complexidade e pela diversidade. Enfim, apresentei aqui uma das tantas contribuições mineiras à cultura nacional.

&



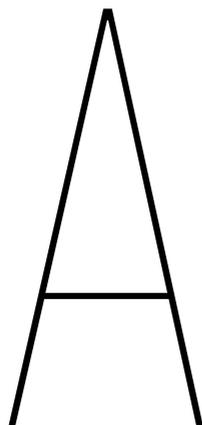
LEANDRO GARCIA,
professor na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente da Academia Petropolitana de Letras (APL)

SOCIEDADE



NEM PRESENTE, NEM FUTURO





A geração “nem-nem” — como foi batizado o contingente de jovens de 15 a 29 anos que nem estudam nem trabalham — é tema recorrente no noticiário e preocupação de demógrafos, sociólogos e educadores, que enxergam o enorme prejuízo social da inatividade formal desses jovens. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha cerca de 10,9 milhões de nem-nem em 2022, último dado disponível. A situação é considerada crônica no País, que vê esse número piorar com o tempo. Do total dos que estão fora da escola e do mercado de trabalho, 36,45% tinham entre 25 e 29 anos.

Agora, um estudo realizado pelo economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), mostra o ônus para o crescimento econômico que a falta de oportunidade para esses jovens traz ao País: uma perda de até 10 pontos percentuais (p.p.) no potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de 30 anos. Tafner projetou a expansão da renda da população brasileira na faixa etária dos 25 aos 29 anos caso esses jovens alcançassem níveis melhores de escolaridade. Embora a faixa etária dos nem-nem do IBGE seja mais ampla, o estudo priorizou o grupo restrito por ser majoritariamente responsável financeiramente pelo domicílio em que vive. O restante dos nem-nem ou ainda é dependente (15 a 17 anos) ou está em processo de emancipação (18 a 24 anos).

A projeção do economista leva em conta o tamanho da riqueza que essa faixa etária deixa de produzir por toda a vida, principalmente considerando que a baixa escolaridade e a não inserção no mercado de trabalho, desde o início da idade economicamente ativa, comprometem a renda por toda a vida. O cálculo leva em conta a projeção de renda gerada por essa população e a correlação com o Produto Interno Bruto (PIB). No estudo, Tafner avalia as mudanças demográficas globais para considerar o intervalo de 30

anos, já que a população estudada deve viver o auge das capacidades de trabalho e contribuição para a economia nas próximas três décadas.

Outro dado, que leva em conta a população de 18 a 24 anos e mede o efeito imediato da inatividade formal desses jovens, vem da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a entidade, nesse grupo, aqueles que não estudam nem trabalham poderiam ter contribuído com R\$ 46,3 bilhões ao PIB do Brasil em 2022. Se essa parcela participasse do mercado de trabalho, o PIB poderia ter sido de R\$ 10,146 trilhões, e não os R\$ 10,1 trilhões registrados, um aumento de 0,46 p.p. Ainda segundo os cálculos da CNC, a cada R\$ 1 de aumento na renda média, há impacto médio de R\$ 1,6 milhão ao PIB como um todo. Nos Estados do Sudeste, o efeito é maior, com R\$ 5,5 milhões, enquanto no Norte, de R\$ 400 mil.

Embora o fenômeno seja global, o Brasil faz feio diante do mundo quando o assunto é falta de oportunidades para os jovens. O último relatório Education at a Glance, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra que o País é o segundo com a maior proporção de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que não estudam nem trabalham, ficando atrás apenas da África do Sul. Na faixa etária considerada, 36% dos jovens brasileiros são nem-nem, taxa que era de 20% em 2012 e inseriria o País na lista dos sete piores no ranking da OCDE. Dez anos depois, o Brasil piorou na comparação com a média das nações que fazem parte da organização, que avalia a educação em 34 países-membros da OCDE, além de Brasil, África do Sul e Argentina.

“Quem não estuda nem trabalha está deixando de fazer o que se espera que um jovem faça. E na realidade brasileira, talvez se espere que ele faça as duas coisas. É quase um indicador de pobreza, só que olhando para o futuro”, avalia Marcelo Neri, diretor do FGV Social, centro vinculado à Fundação Getulio Vargas (FGV) para o estudo de políticas sociais. Neri reforça, no entanto, que dados gerais necessitam uma lente de aumento para serem interpretados, uma vez que o fator classe é determinante nas estatísticas. Afinal, 61,2% dos 10,9 milhões de nem-nem calculados pelo IBGE são pobres. Considerando os lares 10% mais pobres do Brasil, metade dos moradores de 15 a 29 anos estava sem estudo ou emprego. Esse percentual cai para 7,1% entre as moradias mais ricas.

10,9

MILHÕES
de nem-nem,
segundo o IBGE

61,2% dos nem-nem
são pobres

8,8

MILHÕES
de brasileiros de 18 a 30 anos
não concluíram a escola



36%

dos jovens de 18 a 24 anos
são nem-nem,
diz a OCDE

2º

LUGAR
no ranking internacional,
atrás apenas da África do Sul



10

PONTOS PORCENTUAIS
é a perda do PIB ao longo de 30 anos,
diz o IMDS

46,3

BILHÕES DE REAIS
foi a perda no PIB do Brasil em 2022,
segundo a CNC

Segundo a socióloga Camila Ikuta, mestre e doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), discutir a questão começa pela sua nomenclatura. “O termo ‘nem-nem’ é inapropriado e insuficiente para analisar a situação. É mais adequado se referir a esses jovens como ‘sem-sem’, sem trabalhar e sem estudar”, afirma. A especialista avalia que, na verdade, a maior parte desses jovens não está nessa condição por desejo pessoal, mas porque procuram trabalho e não encontram oportunidades, ou não conseguem trabalhar e/ou estudar porque precisam desempenhar outras atividades, como o cuidado de pessoas e as tarefas domésticas. “Além dos impactos sociais e econômicos que se traduzem na perda de anos de estudo, para uma grande camada de jovens há impactos também à composição da renda familiar, uma vez que, no Brasil, os jovens iniciam a vida laboral muito cedo, e geralmente o fazem para ajudar no sustento das famílias”, explica. Outro impacto, de acordo com a socióloga, se dá sobre a trajetória profissional, já que o início precário e instável influencia o tipo de ocupação que será desempenhada durante toda a vida adulta.

Camila reforça, ainda, o peso da desigualdade nas estatísticas. Uma pesquisa realizada pelo Dieese confirma que o perfil dos sem-sem varia conforme a renda familiar: do total de jovens de famílias mais humildes, 24% estavam nessa situação. Dentre os de famílias mais ricas, eram apenas 6%. “Quando comparamos jovens de famílias ricas e pobres, há uma grande diferença nos motivos para não estudar ou trabalhar”, explica. No caso das famílias mais ricas, os jovens conseguem se preparar com tranquilidade para ingressar na educação superior, por exemplo, realizando cursos pré-vestibulares, sem a necessidade de trabalhar. Já os jovens de famílias humildes têm mais dificuldades nessa etapa, pois buscam ocupação desde cedo e conjuntamente com os estudos.

EVASÃO ESCOLAR EM FOCO

Há cem anos, no texto de 1924, a Constituição brasileira garantia a educação primária como um direito dos cidadãos e um dever do Estado. Já a Carta de 1988 ampliou o alcance, determinando que o Estado deve prover educação em todos os níveis de formação. No entanto, o Censo Escolar de 2023 mostra que 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 30 anos não concluíram a escola. Considerando todas as faixas etárias, são 68,1 milhões sem a escolarização básica. O ensino médio é o campeão da evasão escolar, em que 7% dos alunos do primeiro ano desistiram dos estudos e 4,1% foram reprovados.

A maioria, no entanto, tem vontade de voltar às salas de aula, segundo a pesquisa Juventudes Fora da Escola, realizada pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o Itaú Educação e Trabalho e o Datafolha. Os resultados mostram que 73% dos jovens que deixaram os estudos têm intenção de concluir a educação básica. Contudo, a prevalência desse desejo fica menor conforme o tempo passa: entre quem tem de 15 a 19

anos, a intenção de voltar é de 79%, caindo para 68% entre aqueles com 25 a 29 anos — justamente a faixa etária abordada no estudo de Tafner.

A necessidade de trabalhar foi a razão mais citada (41,7%) para o abandono da escola, justificativa mencionada por 53,4% dos homens e 25,5% das mulheres que deixaram de estudar. A falta de interesse nos estudos é o segundo principal motivo citado pelos homens (25,5%). A taxa entre as mulheres é de 20,7%. No caso delas, é a gravidez que aparece como segundo principal motivo (23,1%). Na sequência, com 9,5%, elas citaram que “tinham de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas”. Só 0,8% dos homens citou essa razão.

QUESTÃO DE GÊNERO

O desemprego no Brasil atinge 5,2 milhões de jovens entre 14 e 24 anos, a maioria mulheres, pretos e pardos. Os números são da Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho, que cruzou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do IBGE. Dentre os desocupados, 52% são mulheres e 66%, pretos e pardos. Nesse levantamento, os nem-nem somam 7,1 milhões e, do total, 60% são mulheres, a maioria com filhos pequenos, enquanto 68% são pretos e pardos.

“A maioria nessa situação é formada por jovens mulheres e negras que estão, na verdade, exercendo trabalhos muito importantes e não reconhecidos como deveriam na sociedade: os de cuidado com pessoas e de tarefas domésticas”, reforça Camila, do Dieese. Então, para essa população, ainda há o impacto adicional dessas barreiras, pelo não compartilhamento de responsabilidades, pelo machismo e pela discriminação, impedindo-as de seguir estudando e crescer profissionalmente. “Essas jovens, na verdade, precisaram sair do mercado de trabalho e desistir da busca por uma ocupação (ou de estudar) para exercer o cuidado de pessoas, seja com os filhos, seja com outros membros da família, como idosos e enfermos, além de afazeres domésticos. Todos papéis impostos historicamente às mulheres na sociedade”, reforça.

Vale lembrar que um quinto das meninas brasileiras que engravidam na adolescência afirma não saber como evitar filhos — e a mesma fração volta a engravidar antes de atingir a maioridade, segundo uma pesquisa do Ministério da Saúde, que entrevistou 1.177 mulheres, das

“ESTAMOS FALANDO DE JOVENS QUE, NA VERDADE, ESTÃO ‘SEM-SEM’, OU SEJA, SEM OPORTUNIDADES. EM PRIMEIRO LUGAR, PRECISAM SER MAIS OUVIDOS QUANTO ÀS SUAS DEMANDAS.”

CAMILA KIKUTA, técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

cinco regiões do País, usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

O ENIGMA DA PIRÂMIDE

O Brasil passa por uma mudança radical na pirâmide etária, que o coloca em uma situação paradoxal: uma estrutura populacional de nação rica, mas com renda per capita média. Isso significa que o País tem, hoje, uma grande parcela de pessoas em idade de trabalhar, que supera a soma de crianças e idosos — o chamado bônus demográfico. No entanto, o Brasil não consegue tirar proveito desse momento em razão de problemas como baixas escolaridade, qualidade educacional, participação da força de trabalho e remuneração dos empregos. Esses fatores limitam a mobilidade social e a inclusão produtiva dos jovens brasileiros, protagonistas do bônus demográfico.

Hoje em vantagem, daqui a 16 anos (em 2040), o Brasil estará mais envelhecido que a média mundial e próximo dos países ricos, mas sem a renda dessas nações. A idade média do brasileiro será de 40,6 anos. Segundo o estudo Principais Desafios para a Juventude no Brasil e Impactos sobre a Renda e Produtividade, do

IMDS com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a média mundial deverá ser de 36,6 anos, e de 45 anos nos países ricos, também em 2040. De 2012 a 2055, a população de 25 a 54 anos — faixa etária que concentra o auge de capacidade de trabalho e contribuição para a economia — permanecerá acima de 85 milhões (57% da idade ativa). Isto é, o Brasil passará pelo pico populacional desse grupo na próxima década, mas haverá declínio logo na sequência.

“Estamos em um situação na qual vai faltar jovem. Isso é péssimo para o País, mas não necessariamente ruim para o jovem”, pondera Neri, do FGV Social. “Só que o Brasil tem dois tipos de jovens: os que têm acesso à educação e conseguem entrar no mercado de trabalho, e os excluídos. E uma parcela significativa dessas pessoas não vai aproveitar o fim do bônus demográfico”, afirma o especialista. “O Brasil desperdiçou — e está desperdiçando —, no passado e no gerúndio, o bônus demográfico”, reforça. “O jovem é muito visto como problema, mas, na verdade, deveria ser a solução”, conclui.

&

EMPRESAS E SOCIEDADE ALIADAS NA ELEIÇÃO

E

Em outubro de 2024, a população brasileira irá às urnas para eleger novos prefeitos e vereadores nos 5.568 municípios do País. Ao todo, mais de 156 milhões de pessoas, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estarão aptas a votar nas candidatas e nos candidatos de sua preferência. Contudo, a campanha eleitoral começa muito antes: na escolha dos nomes, na divulgação de propaganda e na arrecadação de verbas, entre outras ações. Esse período envolve muitos atores, como governos e sociedade civil. No entanto, há uma outra parte interessada que nem sempre é lembrada, mas desempenha papel importante e tem, da mesma forma, responsabilidades a serem cumpridas nas eleições: as empresas.

A relação entre corporações e processos eleitorais é antiga e sempre um tema que as companhias evitavam, mesmo sendo parte do seu dia a dia. Por isso, a fim de desmistificar o assunto e contribuir para que as empresas tenham um direcionamento adequado sobre o que fazer (ou não) na relação com políticos e processos eleitorais, o Instituto Ethos, desde 2002, publica, a cada eleição, o guia *A responsabilidade social das empresas no processo eleitoral*.

O material busca orientar as ações das empresas quanto às próprias responsabilidades nos processos eleitorais. Para isso, é preciso entender como essas companhias podem ter um espaço de atuação em sintonia com o fortalecimento da democracia, além de diálogo e tolerância do ponto de vista social. As empresas podem (e devem) participar dessa discussão. Mais do que isso: é preciso que as corporações, independentemente do porte, entendam que são aliadas da sociedade civil no relacionamento com representantes do Poder Público.

Nos últimos anos, a relação entre empresas e eleições sofreu mudanças significativas. Até o processo eleitoral de 2016, por exemplo, o foco era o debate sobre as doações para campanhas. Muito se questionava se essas doações tinham efeitos positivos ou negativos, além da finalidade da iniciativa. Se uma empresa optasse por fazer contribuições financeiras, como poderia realizá-las de forma ética e transparente, por exemplo? A preocupação com os escândalos de corrupção ligados ao financiamento de campanhas por parte de empresas era um dos temas mais abordados nessa discussão.

Desde então, importantes mudanças foram incorporadas às eleições. Há oito anos, houve a instituição, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de um sistema para divulgação, em tempo real, das contribuições financeiras. A novidade facilitou a análise dos principais financiadores e de como as doações eram utilizadas. Estudos que, antes, demandavam meses de empenho passaram a ser realizados em dias. Foi um avanço importante nos processos de transparência dos gastos eleitorais.

Outra alteração relevante, talvez a de maior impacto, foi a proibição de doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650, julgada em setembro de 2015, que começou a valer nas eleições municipais do ano seguinte. Dessa forma, somente pessoas físicas poderiam realizar doações a campanhas eleitorais.

Sem a possibilidade de contribuições financeiras, a relação das empresas com as eleições mudou, mas não deixou de ser importante — pelo contrário. Essas companhias permanecem na posição de agente de mobilização social, uma vez que são capazes de incentivar o engajamento político e o voto consciente. Hoje, inclusive, há inúmeras ferramentas para isso, mais do que havia há alguns anos. Por exemplo, o papel das empresas de difundir e apoiar campanhas de combate à desinformação nesse período é fundamental. Podem ainda promover debates e informações de qualidade, seja nos próprios veículos de comunicação interna, seja agindo como patrocinadora de veículos de imprensa, seja atuando como influenciadoras nas redes sociais.

Além disso, o setor privado pode inspirar e ajudar a construir políticas públicas que caminhem na direção de uma sociedade mais justa e sustentável em alinhamento com a agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a própria agenda ASG (Ambiental, Social e Governança). Nesse sentido, os negócios podem trabalhar em conjunto com a sociedade civil, em espaços de diálogos e ações coletivas para exigir, dos candidatos, compromissos públicos alinhados com essa agenda e com as próprias promessas de campanha. Além disso, demandar que sejam concretas, claramente descritas e com metas quantificadas e, posteriormente, cobrar das eleitas e dos eleitos o efetivo cumprimento.

As eleições são parte fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Manter, fortalecer e aperfeiçoar a democracia é de responsabilidade de todos. O regime democrático é efetivo para construir propostas levando em conta os posicionamentos das diferentes populações e dos setores econômicos e políticos.

É desse processo diverso e enriquecedor que precisamos para superar desafios como a mudança do clima, o processo de aumento da desigualdade e da extrema pobreza e a insegurança alimentar, além de fortalecer a cultura de integridade, ética e *compliance*.

Por mais que a relação entre empresas e eleições tenha mudado, as corporações podem (e devem) utilizar de sua estrutura, seu conhecimento e sua relevância para contribuir para a democracia e o desenvolvimento do País. E isso passa diretamente pelos processos eleitorais.

Fique atento: neste ano, de eleições municipais, o Instituto Ethos disponibilizará uma versão atualizada do guia *A responsabilidade social das empresas no processo eleitoral*.

&



CAIO MAGRI,
diretor-presidente
do Instituto Ethos



L

Lar de milhares de espécies marinhas, a costa brasileira se estende por 9,2 mil quilômetros e concentra atividades importantes para a economia nacional. Segundo estimativas da Marinha do Brasil, cerca de 19% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional vêm do oceano e da zona costeira, de atividades como pesca, turismo e exploração de petróleo. A BORI tem analisado o tema, em parceria com a rede Ressoa, divulgando estudos sobre a importância de se preservar esse bioma. Em celebração ao Dia Mundial dos Oceanos, celebrado em 8 de junho, a agência traz dois exemplos de pesquisas brasileiras que alertam para a pesca predatória e dá caminhos para fortalecer políticas públicas de proteção da costa.

Uma pesquisa das universidades federais de Santa Catarina (UFSC) e de São Paulo (Unifesp) aponta que o esforço de proteger o bioma marinho e a zona costeira exige um envolvimento das regiões Norte e Nordeste, do setor privado e de Estados e municípios, além (é claro) das comunidades pesqueiras, principais afetadas pelas tomadas de decisão relativas à gestão marinha.

CIÊNCIA BRASILEIRA NA PROTEÇÃO DOS OCEANOS

O estudo, publicado na revista científica *Desenvolvimento e meio ambiente*, analisou o processo de construção do Projeto de Lei (PL) 6.969/2013, a chamada Lei do Mar, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro. O PL, em tramitação há uma década no Congresso Nacional, propõe a proteção da biodiversidade dos espaços marinhos, o uso sustentável dos recursos e a adoção de um planejamento multissetorial das diferentes atividades relacionadas. Em março de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou um requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema, ainda sem data prevista.

O trabalho mostrou seis pontos que precisam ser fortalecidos na construção de políticas públicas participativas para a proteção do bioma: liderança, diversidade, engajamento, aprendizado, documentação e negociação. “Lideranças eficazes são necessárias para orientar as pessoas. A diversidade, por outro lado, assegura que as vozes e perspectivas sejam ouvidas, o que é essencial para promover a compreensão sobre os temas abordados”, explica Leandra Gonçalves, pesquisadora da Unifesp e coautora do artigo.

A construção do PL 6.969/2013 contou com participação social por meio de várias formas de engajamento, como seminários e consultas públicas, além de abertura de diálogo entre políticos e diferentes grupos. O estudo destaca a limitação da participação de representantes de Estados e municípios e a concentração de participantes de capitais e das regiões Sul e Sudeste. Segundo Leandra, “o processo de construção do documento foi — e ainda é — desafiador”. Ela destaca a necessidade de valorizar o engajamento de diferentes setores e de garantir a participação de municípios da zona costeira do Norte e do Nordeste.

IMPACTOS DA PESCA PREDATÓRIA

Sem políticas de proteção ambiental, o bioma marinho brasileiro fica à mercê da pesca predatória, responsável por dizimar a sua biodiversidade. A costa de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, é um dos lugares que sofre esses impactos. Apesar do aumento de atividades pesqueiras na região, pescadores relatam que houve uma queda de 75% na captura de espécies de tubarões em 60 anos, o que significa que esses animais passaram a ser menos abundantes nos locais

antigos de captura. Os dados são de estudo das universidades federais Fluminense (UFF), de Santa Maria (UFMS) e do Oeste do Pará (Ufopa), publicado na revista *Neotropical Ichthyology*. Essas informações foram coletadas em entrevistas com 155 pessoas da região, entre julho de 2018 e 2019.

O artigo destaca que cerca de 2 mil tubarões foram capturados com rede de praia de 1979 a 2005 — número que caiu para 500 de 2006 a 2019, ou seja, um quarto em relação ao período anterior. Os tubarões mais capturados foram o tubarão-galha-preta, o tubarão-anequim e o tubarão-barriga-d’água. As seis espécies recolhidas correm risco de extinção pela Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, documento criado em 1964 e regularmente atualizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, criada em 1997 para proteger recursos naturais e direitos de pescadores locais, carece de zonas de proibição de pesca definidas, segundo o estudo científico. Assim, a gestão da pesca e a fiscalização da captura de espécies ameaçadas e protegidas é insuficiente, segundo Carine Fogliarini, líder do estudo e pesquisadora da UFMS. “A falta de áreas de refúgio ou berçários contribui para a vulnerabilidade das espécies marinhas diante da pesca intensa.” Os resultados do estudo apontam para a necessidade de políticas de proteção de ecossistemas mais eficazes, ampliando o envolvimento das comunidades locais.

SEM POLÍTICAS DE PROTEÇÃO, O BIOMA MARINHO FICA À MERCÊ DA PESCA PREDATÓRIA, RESPONSÁVEL POR DIZIMAR A BIODIVERSIDADE

SOBRE A BORI

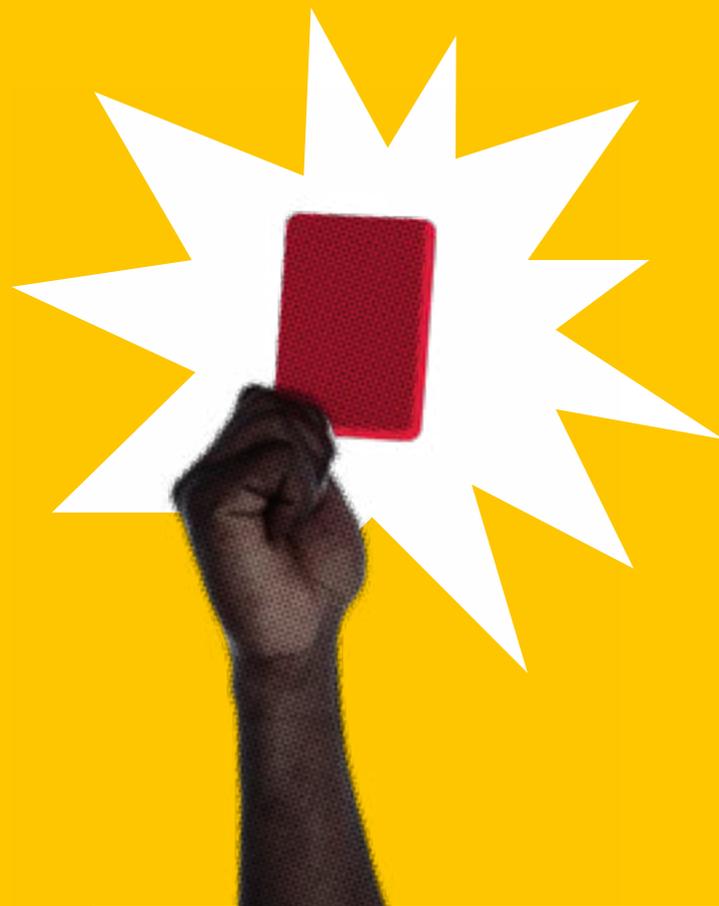
A BORI desenvolve soluções para tornar o conhecimento científico acessível, por exemplo, por meio do mapeamento e da disseminação de estudos de excelência de pesquisadores brasileiros à imprensa nacional. A proposta é impactar positivamente a sociedade e as tomadas de decisão com base em evidências científicas.

Acesse abori.com.br ou fale com a gente no bori@abori.com.br

&

MEMÓRIAS DA LUTA ANTIRRACISTA

texto HERBERT CARVALHO



EM 2024, TRÊS EFEMÉRIDES EVOCAM E PRESERVAM A MEMÓRIA DA LUTA CONTRA O RACISMO, A QUAL TEVE O ÁPICE NO SÉCULO PASSADO POR MEIO DE TRÊS FIGURAS EMBLEMÁTICAS QUE DEIXARAM UM LEGADO FUNDAMENTAL PARA O MOVIMENTO NEGRO (INTERNACIONAL E BRASILEIRO), NA BUSCA INCESSANTE POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO SOCIAL.

Em primeiro lugar, destaca-se o pastor estadunidense Martin Luther King Jr., líder do movimento que deu origem à Lei dos Direitos Civis nos Estados Unidos, promulgada em 1964 e que proibiu a odiosa discriminação racial que vigorava em transportes públicos, escolas e restaurantes no sul do país. Do outro lado do Atlântico, em 1994, Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul após 27 anos de luta contra o regime de segregação racial, o apartheid. Tanto Luther King como Mandela tiveram as trajetórias coroadas com o Prêmio Nobel da Paz. Finalmente, há 110 anos, nascia Abdias Nascimento, indicado ao Nobel da Paz, em 2010, pela vida dedicada à defesa da cultura e dos direitos dos negros brasileiros e dos afrodescendentes do mundo todo.

No início dos anos 1960, imperava, no sul dos Estados Unidos, não apenas uma legislação de segregação racial, mas todo um aparato para sustentar a supremacia branca, destinado a manter vedado, à população afro-americana, o direito ao voto. A situação começa a mudar quando Rosa Parks se recusa a ceder, dentro de um ônibus, o assento a um homem branco, como determinava a lei de Montgomery, no Estado de Alabama. No boicote ao transporte público na cidade, destaca-se Luther King, que, a partir daí, assume a liderança do Movimento pela Liberdade e os Direitos Civis, com a tática baseada na desobediência civil e na resistência não violenta.

Os Freedom Rides — ônibus com passageiros brancos e negros que voluntariamente se sentavam juntos — e a ocupação dos restaurantes segregados por afro-americanos, que se mantinham impassíveis ante as agressões dos brancos e da polícia, culminam, em agosto de 1963, com a marcha de 250 mil pessoas em Washington, onde Luther King profere o famoso discurso “Eu tenho um sonho”. Naquele mesmo ano, o presidente John F. Kennedy envia, ao Congresso, a Ata dos Direitos Civis — que, após o assassinato de Kennedy, é assinada em 2 de julho de 1964 pelo sucessor, Lyndon B. Johnson.

Também assassinado (em abril de 1968, aos 39 anos), Luther King despertou a consciência da comunidade preta para os próprios direitos em uma luta que seria assumida pelos Panteras Negras, cuja proposta de ensino da história dos negros nas escolas se tornou realidade em diversos países, inclusive no Brasil.

Já a palavra “apartheid” — que significa “separação” em africâner, língua derivada do ho-

landês falada pela elite branca da África do Sul — resumia as características segregacionistas do regime que, desde 1948, oprimia a maioria negra do país. Durante os períodos de vigência do sistema, era proibido aos não brancos frequentar os mesmos lugares que os brancos, ter a posse de terras, circular livremente pelo território e participar de decisões políticas. A principal organização de representação dos negros e de combate ao apartheid foi o Congresso Nacional Africano (CNA), fundado em 1912, que, a princípio, adotava uma estratégia de resistência não violenta e de diálogo.

Em 1960, porém, durante manifestação pacífica contra uma lei que restringia a circulação de trabalhadores negros em áreas de brancos, 69 pessoas foram mortas pela polícia. O Massacre de Sharpeville, como ficou conhecido, foi um divisor de águas. No plano internacional, despertou a consciência mundial para o que ocorria no país, enquanto, internamente, alas radicais assumiam o controle do CNA. Condenado em 1964 à prisão perpétua por participar de movimentos armados, Nelson Mandela manteve a liderança da luta antirracista dentro do cárcere. Repudiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e retirado da Assembleia Geral, em 1990 o regime liberta Mandela, que, quatro anos depois, assume a presidência da África do Sul nas primeiras eleições com a participação de eleitores negros.

LUTA BRASILEIRA

Nascido em 1914 em Franca, no interior de São Paulo, Abdias Nascimento foi ator, dramaturgo, poeta, escritor, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos das populações pretas. Economista e sociólogo, doutor *honoris causa* e professor de diversas universidades brasileiras, dos Estados Unidos e da África, dedicou a quase centenária trajetória a desvendar e combater o “crime perfeito” do racismo brasileiro, tão perverso e dissimulado quanto arraigado às estruturas sociais de uma nação. Intellectual refinado, não sucumbiu à academia para poder construir outros saberes destinados a dar visibilidade à cultura dos povos negros do Brasil. Um de seus maiores legados foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1944.

Até então no teatro brasileiro, o negro era sempre inserido em posição inferior, de empregado ou subalterno, o que começa a mudar com *O imperador Jones*, texto do dramaturgo

estadunidense Eugene O’Neill. Com atores recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida e o próprio Nascimento no papel-título, a peça estreou no Teatro Municipal da capital fluminense no dia 8 de maio de 1945, data que, para maior consagração, coincidiu com a vitória das forças aliadas contra o nazifascismo, na Segunda Guerra Mundial. Em 1968, no auge da repressão da ditadura instalada quatro anos antes, Nascimento decide se exilar, inicialmente, nos Estados Unidos, onde foi acolhido pelos Panteras Negras, e, posteriormente na Nigéria. Durante esse período, desenvolve como proposta de orientação política, para os movimentos pretos das Américas e da África, os princípios do quilombismo e do pan-africanismo.

De volta ao Brasil, em 1982, elege-se deputado federal pelo PDT de Leonel Brizola. Apontando o 13 de maio como “mentira cívica”, propõe o dia da morte de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, como feriado nacional e Dia da Consciência Negra. No século 21, Brasil e África do Sul são líderes mundiais em desigualdade, enquanto o nosso país e os Estados Unidos ainda evidenciam a violência estatal contra a população negra. Portanto, segue atual o trecho do poema de Nascimento, *Padê de Exu Libertador*:

*“Teu punho sou/Exu-Pelintra/
quando desdenhando a polícia/
defendes os indefesos/
vítimas dos crimes/
do esquadrão da morte/
punhal traiçoeiro/da mão branca/
somos assassinados/
porque nos julgam órfãos (...).”*



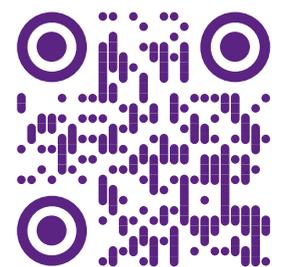


**A ciência
transforma
a sociedade.**

**Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.**

bori

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

PRÓXIMA PARADA

Em frente

Empresário que usa o VT Certo não dorme no ponto.

Com o **VT Certo**, o associado **FecomercioSP** paga apenas **R\$ 5,00** no Vale-Transporte de metrô do seu funcionário. É uma **redução de 49 centavos/viagem** que, na ponta do lápis, representa, no mínimo, uma **economia de pelo menos R\$ 258,72/pessoa em um ano**.

Aí, você mesmo pode fazer as contas. Mas, com certeza, estamos falando de um excelente negócio para a sua empresa.

Até porque a contratação do VT Certo é totalmente gratuita.



Acesse o QR Code
e saiba mais

FECOMERCIO**SP**